



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 056

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira;

DIÁRIO Nº 056**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão Ordinária 03****Expediente:**

Requerimentos 03

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto 11

Dep. Jocelito Canto 12

Dep. Elza Correia 12

Dep. Elio Rusch 13

Dep. Natálio Stica 15

Grande Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PFL:

Dep. Elio Rusch 14

Liderança do PSB:

Dep. Reni Pereira 19

Liderança do PPS:

Dep. Marcos Isfer 20

Liderança do PDT:

Dep. Barbosa Neto 29

Liderança do PT:

Dep. Tadeu Veneri 21

Liderança do PSDB:

Dep. Valdir Rossoni 22

Liderança do PMDB:

Dep. José Maria Ferreira 25

Liderança da Oposição:

Dep. Valdir Rossoni 22

Liderança do Governo:

Dep. Ângelo Vanhoni 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 27

Discussão / Votação 27

2ª Discussão 27

Requerimentos 28

Encerramento da Sessão Ordinária..... 31**Publicações:**

Presidência.....31

Audiência Pública.....31

Diretoria Geral.....32

Portaria.....32

Atas de Comissões.....32

Com. de Const. e Justiça.....32

Comissão de Redação32

055ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 055ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE JUNHO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Cesar Seleme e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões e Ratinho Júnior (03). Achando-se em viagem representativa os Srs. Deputados: Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Padre Paulo Campos e Rafael Greca (04).

Abertura da Sessão Ordinária:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1721

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1695

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja reservado o Grande Expediente do dia 28 de junho de 2005 para o lançamento da Campanha “Violência contra a Mulher - Vamos apagar esta mancha de nossa história”, da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

Essa campanha foi lançada no Estado de São Paulo com o apoio do Instituto São Paulo Contra a Violência e União Brasileira de Mulheres.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1716

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem, mui respeitosamente REQUERER, que seja disponibilizada a utilização do plenário da Assembléia Legislativa para a realização do 2º Seminário Estadual sobre Oportunidades de Negócios em Seqüestro de Carbono e Benefícios Sócio-Ambientais, o qual será realizado nos dias 25 e 26 de agosto, das 9h às 18h, com a participação da Associação dos Agrônomos do Paraná, da Universidade Federal do Paraná, da

EMATER e da Assembléia Legislativa, sob a minha coordenação.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1700

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Thomaz Libraz.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1710

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Artur Renato da Silva, aos 66 anos de idade, nesta Capital.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1711

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Conceição Rosa Finatti, aos 90 anos de idade, nesta Capital.

Era muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1704

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratula-

ções ao Prefeito Municipal de Sertãoópolis, Carlos Luiz Oporto Castro, pelos 71º aniversário do Município.

A história do Norte do Paraná está repleta de vitórias na luta pelo desenvolvimento social, econômico e cultural e o exemplo de Sertãoópolis é um rico ensinamento para o nosso Estado. Certos de que o sucesso a que nos referimos se deve à combinação harmoniosa de uma terra fértil com um povo ordeiro e trabalhador, congratulamo-nos com V. Exa. pela passagem de tão importante data.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Prefeito Municipal de Sertãoópolis, Carlos Luiz Oporto Castro.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1705

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respectivamente, REQUER, envio de votos de congratulações ao novo Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, Major Marcos de Castro Palma, manifestando nossos votos de muito sucesso, grandes realizações e a certeza de que sua gestão será profícua e de grande relevância para Londrina e Região.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, Major Marcos de Castro Palma, pelo endereço Rodovia Celso Garcia Cid, S/N KM 374 Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 1698

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de louvor e congratulações à professora Maria Zenilda Federige pelo brilhante trabalho prestado na área de educação ao Município de São José dos Pinhais.

Maria Zenilda Federige, nascida em São José dos Pinhais aos 19 dias de novembro de 1947, mãe de três filhos: Tatiana, Ticiane e Allan, dedicou sua carreira à educação, ingressando no magistério há 36 anos atuando grande parte desse período como professora, pedagoga e Diretora do Colégio Estadual Anita Canet. Nos últimos nove anos, tem colaborado brilhantemente como Documentadora Escolar do Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, pautando sua gestão pelo diálogo, responsabilidade e justiça na condução das políticas públicas de ensino demonstrando através do trabalho, seu imenso carinho pela comunidade local.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à homenageada através do seguinte ende-

reço: Rua Joinville, 2770 - Vila Braga - São José dos Pinhais - CEP: 83020-000.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 1636

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o duto Plenário desta Assembléia Legislativa, REQUER, o envio de expediente à Reitora da UNIOESTE, requerendo a realização de estudos de viabilidade para a implantação de uma extensão daquela Instituição de Ensino Superior Pública na Cidade de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Dois Vizinhos conta com duas Faculdades: a UNISEP e a VIZIVALE, ambas de iniciativa privada, e também com o CEFET, que é da União. Existe a premente necessidade de implantação de cursos mantidos pelo Estado, para propiciar maiores condições de acesso, especialmente às pessoas de menor poder aquisitivo, que não têm recursos para bancar as mensalidades nas instituições particulares.

Assim sendo, por Dois Vizinhos ser Município-pólo, com abrangência a vários pequenos Municípios da região do Vale do Iguaçu, entendemos a necessidade de que seja implantada essa extensão da UNIOESTE, que atualmente está implantada somente em Francisco Beltrão para o atendimento à demanda dos 42 Municípios da região Sudoeste do Estado.

Conto com a sensibilidade dos nobres Deputados no sentido de que este requerimento seja apoiado e aprovado pelo Plenário desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 1696

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que autorize a transferência do SAS dos Funcionários Públicos de Sapopema, que atualmente é realizado em Ponta Grossa, para Londrina.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A transferência tem como propósito facilitar a locomoção e atendimento dos funcionários públicos estaduais do Município de Sapopema, visto que para Londrina as opções de horários de ônibus são maiores, além de que a distância é menor.

REQUERIMENTO Nº 1697

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier que

autorize a Secretaria Estadual de Saúde a doar para o Hospital Municipal de Mandirituba, um Sistema de Videoendoscopia Digestiva.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mandirituba está necessitando urgentemente de um Sistema de Videoendoscopia Digestiva para suprir à necessidade da população, visto que o mesmo está encontrando dificuldades para atender à demanda no setor de saúde da região. Como Deputado da região, solicito ao Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, a doar o Sistema de Videoendoscopia ao Município citado.

REQUERIMENTO Nº 1699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a construção de um mini-hospital, no Município de São Tomé.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de São Tomé, Eliel Hernandez Roque (São Tomé - Paraná - CEP 87220-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Erivaldo da Cruz (Câmara Municipal - CEP 87220-000).

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) NELSON GARCIA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 358/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos do pagamento de pedágio em rodovias estaduais, os veículos de propriedade das entidades beneficentes sem fins lucrativos específicas a pessoas portadoras de deficiência física e crônica, que comprovem atender os requisitos desta lei.

Art. 2º O Poder Executivo, através de seu órgão competente, deverá elaborar credencial, que conterà obrigatoriamente o número do CNPJ da entidade, placa do veículo, e juntamente um comprovante de que está em pleno funcionamento a ser expedido pela respectiva federação a que estiver filiada, e terá validade por prazo determinado, podendo ser renovada por sucessivos períodos.

Art. 4º A isenção prevista nesta lei, somente será concedida mediante a apresentação da credencial de que trata o artigo 2º, junto ao guichê de pedágio ou a critério da concessionária, desde que não cause prejuízo ou transtorno ao beneficiário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Nossa Constituição Federal visa à proteção da pessoa portadora de deficiência, como dispõe o parágrafo 2º do artigo 227, que revela a preocupação com o acesso adequado do portador de deficiência aos logradouros, aos edifícios e aos transportes coletivos.

Nesse sentido e com base na competência concorrente do Estado para legislar sobre “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”, insere no artigo 24, inciso XIV da Constituição Federal, apresentamos o presente projeto de lei visando viabilizar, no âmbito do Estado do Paraná, melhor trânsito às pessoas portadoras de deficiência.

A medida em questão, absolutamente justa, não representa impacto significativo na arrecadação das concessionárias de rodovias estaduais. Entretanto, é de imenso e importante impacto social.

PROJETO DE LEI Nº 359/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam todos os locutores das emissoras de rádio-difusão existentes no território paranaense obrigados a divulgar o nome dos compositores das músicas veiculadas em sua programação normal.

Parágrafo Único. Nessa obrigatoriedade enquadram-se as emissoras que operam em AM - Audiência Modulada, FM - Frequência Modulada e aquelas classificadas como Comunitárias.

Art. 2º A fiscalização do cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, fica a cargo dos órgãos reguladores em nível estadual e federal.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos nossa proposição tendo em vista que:

1 - quem realmente usa do dom natural da criatividade para emocionar o público com lindas canções, são os autores das letras das músicas, que nem sempre são os próprios cantores que as gravam e cantam;

2 - esses autores, muitas vezes, de forma indiscriminada pelo atual sistema, são esquecidos, pois não têm seus nomes levados ao conhecimento do público, ao con-

trário do que acontece com os cantores, que a todos os momentos são divulgados pelos diversos programas de rádio e televisão em nosso Estado e no País;

3 - Se na condição de Deputado Estadual não temos abrangência legal para estabelecer este critério em nível nacional, ao menos esperamos que no território paranaense se estabeleça este novo critério, que entendemos de maior justiça para com estes “anônimos” que fazem a alegria e emoção do povo através das canções que compõem;

4 - na maioria dos casos, esses compositores têm suas letras adquiridas a baixo custo, nem se comparando seu ganho com o daqueles que divulgam posteriormente o trabalho feito pelos mesmos.

Assim, Sras. e Srs. Deputados, salve melhor juízo, entendemos como justa esta nossa proposição, para a qual solicitamos o apoio de todos, especialmente dos Deputados que têm vínculo com emissoras de rádio-difusão no Estado do Paraná, e final aprovação do Plenário, objetivando sensibilizar nosso Governador a sancionar a presente proposta, para que a mesma seja transformada em lei em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 360/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam dispensados do registro junto ao DSTC os veículos de transporte coletivo destinados ao transporte exclusivo de trabalhadores bóias-frias e estudantes, em todo o território paranaense.

§ 1º Para exercerem o direito constante deste artigo, os proprietários dos respectivos veículos deverão comprovar junto ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem:

a) sua utilização exclusiva para as finalidades descritas;

b) que os trajetos não serão superiores a 100 (cem) quilômetros utilizando-se de rodovias estaduais ou federais pavimentadas com asfalto;

c) que receberam aprovação para transitarem, na vistoria efetuada pelo DETRAN;

d) que tenham sido fabricados com data de até 25 (vinte e cinco) anos antes da data de cadastramento para o transporte estabelecido no artigo 1º desta lei.

§ 2º O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PR, será o órgão responsável através das CIRETRAN's - Circunscrições Regionais de Trânsito, pela vistoria e certificação das condições normais de tráfego de cada veículo a esse fim destinado.

§ 3º Dessa vistoria constante do parágrafo anterior será expedido um certificado auto-adesivo, cuja utilização será obrigatória em local visível de cada veículo, atestando sua condição de tráfego.

§ 4º Ficam os proprietários de veículos cadastrados dentro dos critérios estabelecidos por esta lei obrigados a

inscreverem em cada veículo a frase que o classifica como “uso exclusivo: transporte de estudantes”, e “uso exclusivo: transporte de bóias-frias”.

Art. 2º É vedada a utilização dos veículos que receberem a classificação dada por esta lei para qualquer outra atividade, mesmo que em horários diferenciados.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Com a presente proposição, espero estar trazendo aos nobres Pares uma alternativa para a questão que normatiza a utilização de ônibus, micro-ônibus, vans, peruas e outros veículos similares normalmente usados para o transporte de estudantes, especialmente de terceiro grau, que deslocam-se de pequenos municípios do interior do Estado para municípios-pólos regionais onde estão localizadas as faculdades, e também aqueles que transportam trabalhadores chamados “bóias-frias”, das cidades para o trabalho no campo.

Atualmente, nobres Deputadas e Deputados, os critérios para esses veículos são praticamente os mesmos utilizados para o credenciamento dos veículos de transporte de passageiros de longos trajetos.

Entendemos injusta a utilização dos mesmos critérios, pois os veículos que transportam estudantes e trabalhadores bóias-frias percorrem pequenos trajetos, não sendo, ao meu ver, necessário que passem pelos mesmos critérios exigidos para aqueles de grandes trajetos, como é o caso do transporte de passageiros intermunicipal e interestadual.

Outrossim, nesta pretensão de lei que altera os critérios para os transportadores de estudantes e bóias-frias, note-se que estou colocando algumas exigências indispensáveis e que garantam a segurança dos transportados, tais como a passagem pela vistoria do DETRAN e a sua utilização exclusiva para o transporte a que serão alocados.

Assim, Srs. Deputados e nobres Deputadas, conto com vossa compreensão para aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 361/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica definido como atividades de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) todas as atividades turísticas que ocorrem na unidade e produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cul-

tural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos.

Art. 2º Considera-se como atividades de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) as seguintes formas de ocorrência:

I - comercialização de produtos alimentícios *in natura* de origem local;

II - comercialização de produtos transformados, os produtos de origem animal (ex: queijo, leite, embutidos, etc) e os produtos de origem vegetal (ex: doces, conservas, pães) são oferecidos aos visitantes, enfatizando o processo de produção dos mesmos;

III - comercialização de artesanato, como as práticas de produção com aproveitamento de produtos, resíduos ou não, de origem vegetal, animal ou mineral;

IV - produção rural, onde as atividades produtivas da propriedade são utilizadas como atrativos, por meio de demonstrações sobre as técnicas de produção, onde o turista também pode interagir fazendo parte do processo, como exemplo em atividades de campo em pomares, leiteiras, apiários, pesque-pagues, criações de animais em geral, áreas de agricultura orgânica, vinícolas, alambiques, entre outras;

V - educação ambiental, como as atividades executadas em propriedades especializadas em receber grupos, como de crianças, adolescentes e jovens, etc., que encontram atividades educativas ligadas ao meio ambiente e/ou atividades agrícolas, ambas de cunho educativo;

VI - serviços de lazer, como as atividades que proporcionam entretenimento aos visitantes, comumente relacionadas a práticas físicas e passeios a locais de interesse natural ou cultural, como cavalgadas e caminhadas a instalações de fazendas de interesse histórico, tecnológico ou outro, cachoeiras, grutas, bosques, caminhos históricos e pesca em tanques e rios;

VII - serviços de alimentação que ocorrem em estabelecimentos como restaurantes e cafés coloniais, que oferecem alimentação típica ou de preparo especial, sendo normalmente situados em locais estratégicos, próximo a outros atrativos. Este segmento utiliza-se e valoriza as características locais, visando a originalidade do atrativo gastronômico. Os alimentos oferecidos pelas unidades procuram estabelecer um resgate da culinária local, resgatando e utilizando-se de receitas e de preparos dos alimentos que estão em desuso pela sociedade urbana;

VIII - serviços de hospedagem que ocorrem em pousadas, hospedarias e outros estabelecimentos que estejam envolvidos com a produção rural e que oferecem atendimento personalizado ao hóspede.

IX - serviços ambientais em áreas naturais, como as áreas localizadas no meio rural, protegidas legalmente (Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, Reserva Particular do Patrimônio Natural) ou desprovidas de tais normas jurídicas, que se transformam em atrativos turísticos de importância regional, agregando

inclusive, a questão da consciência ecológica aos turistas. Estas áreas, públicas ou privadas, são atrações turísticas que têm demanda considerável, podendo beneficiar agricultores familiares localizados nas proximidades. Em algumas unidades de conservação contempla-se nos planos de manejo, a possibilidade desta parceria. Em contrapartida, os agricultores passam a desenvolver um sistema de produção menos impactantes para o meio;

X - arredores da unidade familiar, onde os produtores familiares se beneficiam de sua localização próxima a um atrativo natural, para se integrarem ao processo econômico do turismo regional;

XI - patrimônio histórico como a manifestação importante da história da agricultura e das comunidades de uma localidade ou região, que se valoriza com a proposta do turismo, com os projetos de recuperação, uso compatível com o seu objetivo e com a inserção de capital público e privado, como arquitetura típica (igrejas, construções históricas, etc.), equipamentos (moinhos, armazéns, adegas, etc.), folclore, gastronomia típica, artes, dentre outras;

XII - centros de Pesquisa Tecnológica que proporcionam a difusão de tecnologias ao meio rural, realização de pesquisas e promoção de eventos, e que contribuem para a ampliação da proposta do turismo, uma vez que atraem público, em sua maioria de técnicos;

XIII - eventos diversos promovidos em comunidade e/ou propriedades familiares, por meio de festas regionais de cunho religioso e/ou cultura - eventos técnicos científicos, feiras de produtos e exposições agropecuárias e que promovem a cultura local e integram-se à proposta de desenvolvimento econômico da região.

Art. 3º As atividades do Turismo Rural na Agricultura Familiar estão alicerçadas e comprometidas com os seguintes princípios:

I - ser um turismo ambientalmente correto e socialmente justo;

II - incentivar a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta dos produtos locais, ofertados pelo agricultor;

III - valorizar e resgatar o artesanato regional, a cultura da família do campo e os eventos típicos do meio rural;

IV - contribuir para a revitalização do território rural e para o resgate e melhoria da auto-estima dos agricultores familiares;

V - ser desenvolvido preferencialmente de forma associativa e organizada no território;

VI - ser complementar às demais atividades da unidade de produção familiar;

VII - proporcionar a convivência entre os visitantes e a família rural;

VIII - estimular as atividades produtivas com enfoque no sistema agroecológico.

Art. 4º Considera-se agricultura familiar as unidades produtivas rurais que possuam as seguintes características:

- I - possuir até 50 (cinquenta) hectares de área;
- II - desenvolver atividades agropecuárias de subsistência;
- III - a propriedade ser administrada diretamente pelos produtores.

Parágrafo Único. Para o enquadramento, considera-se todas as formas de posse da propriedade, mesmo sendo de caráter provisório, como exemplo, arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros e assentados rurais.

Art. 5º Considera-se unidades de produção familiar, as unidades produtivas rurais utilizadas como cenário das atividades de turismo rural, onde o turista interage com o meio. Por meio delas são utilizados uma série de produtos turísticos, em geral, baseados na oferta de atividades de lazer, demonstração tecnológica, comercialização de produtos e serviços, sendo encontrados isoladamente ou em conjunto, por meio de diversos segmentos.

Art. 6º Consideram-se como unidades de planejamento de turismo rural, o conjunto de unidades produtivas rurais localizadas em uma área geográfica homogênea em valores sociais, culturais e atrativos turísticos originados a partir de valores agrícolas, ambientais, culturais e sociais.

Parágrafo Único. As unidades de planejamento poderão ser denominadas: circuitos, roteiros, rotas, caminhos, linhas faxinais, trilhas, rios, serras, montanhas, colônias, comunidades, quilombolas, assentamentos, dentre outros termos similares.

Art. 7º As propriedades rurais da agricultura familiar que estiverem desenvolvendo atividades reguladas por esta lei na data de sua publicação, deverão adequar-se às suas disposições no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação do decreto que a regulamentar, bem como apresentar relatório circunstanciado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento das atividades desenvolvidas em suas propriedades agrícolas.

Art. 8º As atividades Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF, contempladas por esta lei, serão isentas de tributos estaduais, na forma da regulamentação.

Art. 9º Fica o Estado autorizado a definir as linhas de apoio financeiro e administrativo para incentivo a esta atividade no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento público que a Agricultura Familiar sempre teve um papel preponderante para a sociedade brasileira, como responsável pela produção de

mais de 50% dos principais alimentos consumidos pela população de nosso País. Também é a agricultura familiar a responsável por sete de cada dez ocupações geradas no meio rural (IBGE 95/96)

No decorrer dos últimos anos observa-se que a participação dos serviços ligados às atividades turísticas tem sido cada vez maior em nossa economia (IPEA, 2004) e chama a atenção às desenvolvidas em áreas agrícolas, com forte apelo na sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, têm se destacado as atividades do Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF, integradas aos arranjos produtivos locais, como um segmento gerador de renda e trabalho no meio rural e, por isso, fundamental para a melhoria das condições de vida das famílias rurais e comunidades envolvidas.

O Turismo Rural, considerando seus diversos aspectos referentes ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade, pode ser definido como sendo "o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade" (Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural - MDA, 2005).

Assim, esta proposição, objetiva facilitar o desenvolvimento das atividades de TRAF, onde os principais beneficiários serão os agricultores familiares e suas famílias, assim considerados: assentados rurais da reforma agrária, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, artesanais, ilhéus, extrativistas florestais e outros públicos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e que sejam fornecedores de alguns dos serviços e/ou produtos relacionados como TRAF neste projeto de lei.

Este projeto de lei objetiva ainda, criar condições para que o Governo do Estado apóie, de forma diferenciada as propriedades rurais familiares assim enquadradas, que manejam adequadamente os recursos naturais, desenvolvendo atividades turísticas ambientalmente corretas e buscando sempre a harmonia com a natureza.

Por fim, cabe lembrar que, aprovando-se este projeto de lei, estaremos atendendo à demanda do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar - em vigor desde 2004 - e das Diretrizes Nacionais para o Ecoturismo (lançada na semana passada, em São Paulo) que foram desenvolvidos de forma integrada, em parceria, pelo Ministério do Turismo e Ministério do Desenvolvimento Agrário - por meio da Secretaria da Agricultura Familiar - com o apoio do Ministério do Meio Ambiente.

PROJETO DE LEI Nº 362/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APDEERP - Associação dos Portadores de Defici-

ências da Escola Rocha Pombo, com sede e foro no Município de Pato Branco-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Portadores de Deficiência da Escola Rocha Pombo, é uma associação civil, sem fins lucrativos que tem por objetivo instruir e educar na área de formação especial de deficientes físicos, auditivos e visuais.

É objetivo da Associação preparar o aluno portador de necessidades especiais para a inserção no ensino fundamental como também a promoção de diversas atividades junto à comunidade, com o objetivo de uma maior conscientização para a inclusão social dos deficientes na sociedade, visando eliminar barreiras.

A Associação também promove diversas atividades recreativas e desportivas a seus associados, com o intuito de arrecadar fundos para o cumprimento dos seus objetivos, através de doações sociais e auxílio de populares. A APDEERP também oferece assistência jurídica gratuita a seus associados.

Por essas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública Estadual por esta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 363/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado ao Governo do Estado a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público, do ensino fundamental e médio, no Estado do Paraná.

Art. 2º Casa Unidade de Ensino Fundamental e Médio que integra a Rede Pública Estadual deverá contar com equipe interprofissional habilitada a prestar atendimento psicopedagógico e social ao estudante matriculado, e dar suporte técnico à direção e aos professores.

§ 1º A equipe interprofissional referida no *caput* deverá estar composta por, no mínimo um (a) psicólogo (a), um (a) pedagogo (a) e um (a) assistente social.

§ 2º A equipe interprofissional prestará atendimento preventivo ou terapêutico ao estudante, conforme a situação ou caso detectado no dia-a-dia da Unidade de Ensino.

§ 3º A equipe interprofissional dará orientação aos pais, familiares ou responsáveis pelos estudantes, sempre que necessário ou sempre que solicitado a fazê-lo.

Art. 3º Para cumprimento do artigo 2º, o Governo do Estado poderá firmar convênios com Faculdades e Universidades, para a contratação de pessoal técnico.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários necessários ao cumprimento dos dispositivos desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e surtir efeitos práticos no ano letivo seguinte.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo criar atendimento psicopedagógico e social aos estudantes das escolas da rede Pública do Estado do Paraná, com o objetivo de minimizar problemas já existentes e criar alternativas preventivas junto à comunidade escolar, professores, pais e responsáveis.

Temos acompanhado as dificuldades encontradas nessa área, ouvindo todas as partes envolvidas no processo de educação das nossas crianças e jovens. Muitos dos problemas criados, poderiam ter sido evitados se existissem profissionais habilitados que dessem um acompanhamento psicopedagógico aos estudantes, aos professores e aos pais. Prova disso, são os índices alarmantes do último Censo do IBGE.

A Síntese dos Indicadores Sociais 2003, indicou altos índices de violência nos nossos jovens, auferindo um crescimento de 173% no número de homicídios no Estado, nos últimos dez anos. “O número de mortes por causas externas no país são astronômicos. O total dessas mortes (que, além dos homicídios, inclui também acidentes, suicídios e outras causas não naturais), entre 1991 e 2000, foi de 1,11 milhão, o equivalente à soma das populações de Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu. As crianças sobrevivem, mas lá na frente, os rapazes morrem de maneira estúpida. Estamos economizando vidas, porém mais tarde elas são expostas à mortalidade pior possível”, diz o demógrafo do IBGE, Carlos Simões. Para o pesquisador e Coordenador do Grupo de Estudos da Violência da UFPR, Pedro Bodê de Moraes, “os fatores que explicam a vulnerabilidade do jovem são o aprofundamento da crise social nos últimos dez anos, a justiça criminal arcaica e o porte legal e ilegal de armas. É preciso investimentos social e vontade política. Diferentemente do que pensa parte da sociedade, esses jovens mortos são vítimas e não marginais! Quem morre são principalmente os jovens pobres, não brancos e que vivem na periferia”, resume Pedro.

“Há também um problema novo nas escolas brasileiras: a indisciplina nas salas de aula assumiu tais proporções que muitos professores estão com medo dos alunos. Não se trata da violência que, nos bairros menos abastados, ultrapassa os muros escolares e ameaça fisicamente os educadores, mas sim um fenômeno de subver-

são do senso de hierarquia que ocorre em grandes redes de ensino públicas e privadas, e também em colégios tradicionais.

Uma explicação parcial para essa mudança de comportamento é a seguinte: os alunos ignoram a autoridade do professor porque os vêem como uma espécie de empregado ou prestador de serviços, pago pelo seus pais, no caso das escolas privadas. Os professores, por sua vez, “estão sofrendo de fobia escolar, antes um fenômeno exclusivo das crianças”, diz o psicanalista Raymundo de Lima, professor do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá. Muitos estão deixando o magistério, fato lamentável, pois são profissionais experientes que deveriam ser mais valorizados.”

Esses números nos alertam para que nós, autoridades, tomemos conhecimento e criemos medidas eficazes para minimizar este problema, buscando alternativas para melhorar a qualidade de vida e diminuir as diferenças sociais no nosso Estado. Penso que qualquer mudança eficaz deva passar pela educação. Precisamos dar suporte técnico para quem ajuda a formar os cidadãos paranaenses, pois são esses os cidadãos que no futuro dirigirão nosso Estado.

Assim sendo, face à abrangência e importância social do presente projeto, e ousando analisar a atual realidade não só pelo aspecto social mas também de saúde pública, peço o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 364/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, a criar o Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná, com a finalidade de inserir no mundo letrado as pessoas maiores de 14 anos, analfabetos e semi-analfabetos, da comunidade em geral, que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino regular, na época apropriada.

§ 1º O programa de que trata o *caput* deste artigo poderá ser realizado em parceria com os municípios paranaenses.

§ 2º O Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná poderá, também, ser realizado mediante convênios com organizações não governamentais, entidades religiosas, cooperativas e associações, que realizem atividades relacionadas à educação.

Art. 2º A coordenação e gestão do Programa serão realizadas por Grupo Especial, em cada município, composto por representantes das diretorias de ensino, das Prefeituras e das entidades, conforme cada caso.

Art. 3º As escolas estaduais e municipais poderão ceder espaços ociosos para a instalação das salas de aula do Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná.

Art. 4º O Programa de Alfabetização de Adultos será flexível, devendo ser adaptado conforme a realidade de cada comunidade e da estrutura disposta para este fim.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de proporcionar aos educandos, com idade superior a 14 (quatorze) anos, a iniciação ao ensino básico: ler, escrever e efetuar operações matemáticas, visando a sua maior participação na sociedade, despertar a consciência dos direitos e deveres, bem como sua responsabilidade diante da comunidade, suscitar o sentimento da dignidade e dos valores essenciais da vida humana, assim como a capacidade de avaliar criticamente os acontecimentos, ou até mesmo interferir neles e auxiliar os educandos a superar o desafio cada vez maior do uso das novas tecnologias.

O Programa de Alfabetização de Adultos do Estado do Paraná tem a finalidade de atender a um público que não pode ou não consegue se matricular nas escolas regulares, por se sentirem envergonhados e/ou incapazes de freqüentar as referidas escolas, ou por não disporem de escolas em locais de fácil acesso.

Acreditamos que a alfabetização é indispensável para que o País possa crescer, reduzindo ao mesmo tempo os desequilíbrios internos da Nação e as desigualdades entre os indivíduos.

Segundo o último Censo do Ministério da Educação existem 649.000 adultos analfabetos que vivem no Estado do Paraná, sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 365/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de Piraí do Sul, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta tem por objetivo criar uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN no Município de Piraí do Sul.

Esse Município não possui um atendimento desta natureza, tendo que recorrer a Municípios mais distantes, o que traz muitas dificuldades. A criação desta CIRETRAN, proporcionará o atendimento a inúmeros pedidos da população de Piraí do Sul, que buscam o maior conforto para dirimirem assuntos concernentes a trânsito.

É uma aspiração antiga, pois, para a população solucionar problemas de regularização documental de seus veículos, são obrigados a realizar gastos elevados para contar com o serviço público do DETRAN.

Pela importância apresentada, espero poder contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais um restaurante foi invadido por marginais na cidade de Londrina, depois de uma churrascaria no almoço de domingo, no jantar de segunda-feira, nove horas da noite, na Rua Guaporé, um dos pontos mais conhecidos da cidade, dois elementos armados fizeram reféns proprietários, funcionários e também clientes. Nunca isto foi visto em Londrina e não vemos a polícia e, principalmente Secretaria da Segurança Pública movendo uma palha sequer, para tomar providências em relação a esse caso.

Fico imaginando se isso acontecesse aqui na Capital, algum restaurante do Centro Cívico fosse invadido e se porventura estivesse ali qualquer um dos dezessete parentes do Governador Roberto Requião, que alvoroço que teria sido, como foi aqui na Vila Pinto, quando levaram a bolsa da primeira dama, a Sra. Maristela Requião. Não temos essa sorte na cidade de Londrina, apesar de sermos a primeira cidade do interior do Paraná, não temos infelizmente nenhum parente do Governador - só súditos - nenhum membro da realeza vivendo na principal cidade do interior do Paraná e temos que sofrer, pedir, gritar.

Vou continuar sendo monocórdio nesta Casa até o final do meu mandato. Acredito, porque “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, talvez, quem sabe

um dia o governo vai olhar para a segurança pública da nossa cidade.

Como se isso não bastasse, vejam, em plena luz do dia invadiram o 18º andar de um apartamento do Centro Comercial, bem no coração de Londrina, em frente à Concha Acústica. E lá, Sras. e Srs. Deputados, uma empregada doméstica que cuidava sozinha de uma pessoa portadora de necessidades especiais, foi vítima de violência sexual, deram-lhe coronhadas na cabeça; uma dupla encapuzada, às nove horas da manhã.

Não foi em nenhum bairro da periferia. Foi no principal centro da cidade de Londrina, no Edifício Central. Como pode isso acontecer e não vemos nenhum tipo de atitude, por parte dos governantes? Essa moça de 25 anos está internada em estado de choque - é mais uma vítima da violência. Quando era na periferia, até tudo bem. Mas agora é em plena luz do dia. Não são mais as crianças que estão sendo assassinadas. Crianças que são de famílias humildes, não. São vítimas em plena luz do dia, onde você almoça, onde você janta, no Centro da Cidade de Londrina.

O que mais precisa acontecer para que o governo tome providências em relação a tudo isso? Quinze estupros no Zerão, jornalista Sandro Dal Picolo - V. Exa. que é de Londrina - em apenas dois anos e não vemos a movimentação da polícia. Das 67 viaturas, apenas 23 estão rodando, oito delas, Sr. Presidente Hermas Brandão, em condições de rodar e duas boas do restante. Londrina está praticamente com a sua frota a pé. Londrina que teve, há vinte anos, mais de mil homens na Polícia Militar, hoje tem apenas 770.

O Governador fez um salamaleque, disse que ia lá contratar 125 policiais e nós estamos aguardando isso e até agora, nada.

E como se isso não bastasse, a Presidente da Associação das Esposas dos Policiais Militares, Sra. Vera Rubo, está denunciando que os policiais estão passando frio, porque não têm roupas de frio, mesmo sendo descontado dos salários deles e alguns estão trabalhando com sapatos sociais comprados do próprio bolso, porque os coturnos não estão chegando ao 5º Batalhão da Polícia Militar.

Nós estamos, mais uma vez, trazendo essa preocupação e gostaria, Sr. Presidente, de relatar a situação dos cinco conjuntos. Cento e vinte e um bairros da zona norte, 150 mil pessoas residindo naquele local e nós...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrado o seu tempo. Consulto V. Exa. se usará o tempo da Liderança do seu Partido.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz a esta tribuna na tarde de hoje, é falar de dois assuntos e o primeiro é a nossa saída do PTB.

Depois de conversar com inúmeros companheiros, com inúmeros amigos e simpatizantes do nosso trabalho como Deputado e como político, entendemos por bem que o momento era de deixarmos o PTB. Nós já havíamos manifestado esse desejo de deixar o Partido em função de alguns acontecimentos que ocorreram aqui no Estado do Paraná, principalmente quando o Diretório Nacional acabou não concordando e não dando a oportunidade para o nosso companheiro Flávio Martinez assumir o comando. Esse é um dos motivos que nos deixou bastante chateados no PTB e mais os recentes episódios, achamos por bem, e atendendo também conselho dos companheiros, deixamos o PTB na última sexta-feira. Agora vamos ficar por um período sem Partido, vamos analisar as novas siglas e na sequência, vamos nos filiar em outro.

Outro assunto, Sr. Presidente, é em relação a dois processos judiciais, duas decisões do Tribunal de Justiça.

A primeira sentença ocorreu há quinze dias atrás, quando o Tribunal de Justiça acolheu uma decisão da primeira instância de Ponta Grossa, que nos condenou em função de termos repassado cem mil reais à Santa Casa de Ponta Grossa. Naquele momento entendeu o Poder Judiciário que nós, ao levarmos o cheque até a Santa Casa, estaríamos nos promovendo. Eu, sinceramente, não entendi, mas tenho que acatar a decisão da Justiça e vou agora ao Superior buscar uma terceira decisão, até porque não concordo com essa. Fizemos o que devíamos naquele momento: levar até a Santa Casa de Misericórdia cem mil reais, naquele momento tão difícil que aquela instituição estava passando.

E um segundo caso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é exatamente um policial que estava cedido a esta Casa, à Assembléia Legislativa do Paraná, e que foi colocado à disposição do gabinete do Prefeito, quando eu era Prefeito em Ponta Grossa. Tínhamos um sargento, de nome Tadeu, que estava à disposição da Prefeitura, como todos os Prefeitos e como outras instituições também têm funcionários cedidos do Município para o Estado e do Estado para o Município. E assim nós tínhamos um Sargento que estava à disposição da Prefeitura, o tempo inteiro trabalhando não só no gabinete, mas também na Prefeitura.

E esse Sargento, devido à facilidade de acesso comigo, pela minha simplicidade, pelo meu jeito de tratar com as pessoas, acabou se familiarizando e até nas horas de folga andava comigo, saía comigo, no momento que eu estive hospitalizado me acompanhou, jogava futebol conosco, era um grande amigo, aliás é um grande amigo. E o Tribunal entendeu que ele servia de segurança pes-

soal meu. Sinceramente eu nunca precisei de segurança para andar em lugar nenhum. Até hoje ando sozinho, ando em qualquer lugar, sempre com a proteção de Deus. Nunca precisei de segurança, mas respeito a decisão do Tribunal de Justiça. Vou agora ao Superior buscar um recurso especial, para manter até meu mandato de Deputado.

Vou ao Superior, em respeito a esses mais de 54 mil eleitores que votaram em mim e vamos aguardar para ver o que defere.

Tenho certeza que se errei, errei tentando acertar. Jamais faria alguma coisa que fosse contra os princípios, principalmente os interesses do povo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito a V. Exa. que conclua.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sim, senhor.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Nada contra o Deputado Jocelito Canto, mas nós precisamos saber se vamos ter dois pesos e duas medidas na Presidência desta Casa. No dia de ontem e hoje novamente o Presidente que ocupa a Mesa Executiva tem sido intolerante em relação aos avanços do tempo, não só com este Deputado, mas com todos os outros.

Eu sei que é um momento importante para o Deputado Jocelito Canto poder fazer o seu pronunciamento, mas não podemos ter dois pesos e duas medidas. Existe um Regimento Interno que gostaríamos que fosse seguido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede a questão de ordem de V. Exa.

Solicito ao Deputado Jocelito Canto que conclua o seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputada Elza Correia, por cinco minutos.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de comunicar que sinto-me muito honrada e recebi com muita alegria hoje a notícia de que vou receber um prêmio, junto com altas autoridades internacionais, como amiga da diversidade, um prêmio Aliados do Paraná, que vai ser entregue no dia 11 de junho no Hotel Rayon, com representantes de vários Estados brasileiros e também de organizações internacionais pela forma

como temos lidado com a questão da diversidade e dos direitos humanos.

Quero agradecer muito ao Grupo Dignidade por esta honraria.

Quero manifestar também, apenas fazer um esclarecimento que acho importante, imaginei que tivesse sido clara ontem num aparte que fiz e tem algumas questões que são muito importantes, que se deixe muito claro, que não paire nenhuma dúvida em relação à nossa posição aqui nesta Casa. E ontem, em aparte na fala do Deputado Dobrandino, que defendia o nosso Procurador Geral do Estado, bem como defendia aqui a instituição do Ministério Público em relação a críticas, na minha avaliação indevidas, que tanto o Procurador como o Ministério Público sofreu aqui na Casa, e no meu aparte eu reafirmava a fala do companheiro Dobrandino, mas quero fazê-lo novamente aos amigos do Canal 21 que nos vêem e nos ouvem neste momento, e também ao nosso Procurador, porque reitero aqui, e não poderia ser diferente, a plena confiança que tenho na integridade, na honestidade, na probidade em relação à pessoa do nosso Procurador Sérgio Botto de Lacerda, que tem cumprido com lisura, com competência e de forma absoluta, imparcial, em relação a ações do nosso governo. Aliás, não fosse assim ele não teria sido convidado pelo Governador Roberto Requião para ser o Procurador Geral do Estado.

Da mesma forma aproveito para reiterar e reforçar também a minha confiança na instituição do Ministério Público, instituição fundamental na luta pela democracia do nosso país, pela manutenção da moralidade, da ética, da gestão da coisa pública e da preservação dos direitos da pessoa humana. O Ministério Público tem sido sempre um grande aliado nessas lutas e foi um aliado fundamental desta Deputada quando Vereadora em Londrina que lutava num primeiro momento, praticamente sozinha, para defender a gestão pública, o dinheiro público e contra a corrupção na cidade.

Portanto, o Ministério Público tem um papel importante no nosso País, tem sido um aliado de todos aqueles que são visceralmente contra a corrupção e pela defesa dos Direitos Humanos.

Gostaria de dizer que, da mesma forma como o Deputado Dobrandino disse, não podemos aceitar insinuações de Deputados deste Parlamento de que teria havido conluio ou acordo de cúpulas entre o Dr. Botto e o Dr. Milton Riquelme, numa ação protecionista que eventualmente teria lesado os cofres públicos beneficiando procuradores e advogados por terem recebido verbas indevidas de sucumbência em ações do Estado em suas atividades. Em que essas atividades são pagas.

Portanto, gostaria de deixar consignado, reafirmado e registrado nesta Casa que temos grande respeito e alta consideração pelo Dr. Botto e pelo Ministério Público. E desta forma, acho que devemos ter muito cuidado de não generalizar quando fazemos as nossas críticas no Parlamento. As críticas são sempre importantes, fazem parte da democracia.

O Dr. Botto tem sido preciso e competente nas ações a favor do Estado, portanto a favor de todos os paranaenses, cumprindo com probidade e competência seu papel de Procurador Geral. Conluio e acordos espúrios ficam por conta daqueles que fazem de seus espaços de Poder oportunidades contrárias aos interesse público e não cabem em nosso governo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, por cinco minutos.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário do Pequeno Expediente para discorrer na tribuna sobre o acontecido na manhã de hoje, no plenarinho da Assembléia Legislativa.

Todos nós sabemos que é obrigação do governo ou de um Prefeito prestar contas do quadrimestre do exercício. E o governo do Estado já deveria ter prestado contas do último quadrimestre de 2004 em fevereiro deste ano, não o fez. E fez no dia de hoje junto com o primeiro quadrimestre. Recebemos em nossos gabinetes, como os Deputados também receberam nos últimos dias, exatamente a receita do Estado, a despesa realizada demonstrando exatamente o cronograma físico e financeiro do Estado do Paraná em relação à sua receita e também à sua despesa. E o que nos chamou atenção, Srs. Deputados, e é importante que se fale sobre esses números. Na saúde, o Estado do Paraná devia ter gasto 12% da sua receita do ano passado. E os números são oficiais. Deputado Luiz Carlos Martins, o Estado do Paraná em 2004 gastou com a saúde 9,07%. Três por cento a menos do que é exigido na Constituição. E se considerarmos ainda, Srs. Deputados, que nesses 9% estão inclusas as despesas de saneamento. E a questão de saneamento é uma velha dúvida que existe. Inclusive foi debatida muito aqui na Assembléia no ano passado. Principalmente pelo ex-Deputado, que hoje é vice-Prefeito de Curitiba, Luciano Ducci. Inclusive outros parlamentares se associaram a essa questão de que não pode ser levado em consideração o saneamento na despesa pública.

Agora, pergunto o que é que vai acontecer com o governo do Estado? Nós não podemos esquecer o passado aonde o ex-Governador Jaime Lerner quase chegou a gastar no limite. Não gastou num ano. Eu sei que desta tribuna, a oposição ao governo Jaime Lerner era consistente, era violenta. Agrediam o governo do Estado pelo fato de não ser cumprido os 12% na saúde. E o é que nós vamos dizer agora que o governo gasta 9% incluindo o saneamento!

Outro número - aliás, este número já nos foi apresentado na semana passada, pelo Presidente da APP Sindicato quando disse que o governo do Estado estava gastando apenas 20,22% na educação e nós não sabíamos se isso era verdade ou não. O que nós pegamos? Hoje

pela manhã, na Audiência Pública, nós perguntamos para o Secretário e ao Dr. Nestor, como está a situação do percentual que o governo gastou ou está gastando com a educação. Ora, quem não se lembra da propaganda feita nos jornais, na televisão, dizendo para o Brasil inteiro que o Estado do Paraná é o que mais gasta em educação, chegando ao número de quase 35%. A Deputada Elza Correia que esteve presente, questionou esses números também e o que é que nós vimos? Que o governo disse no seu balanço - está aqui: "Gastou na educação, 27,02%, quando a propaganda na televisão chegou a 35%. Ora meus Deputados, que propaganda enganosa! Como se pode inventar esses números? Até a Deputada Elza ficou...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado pelo pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Eu uso o Horário da Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem o horário da Liderança do PFL. Cinco minutos.

Passa a usar o Horário da Liderança do PFL

O SR. ELIO RUSCH

A Deputada Elza Correia ficou constrangida. Ela disse que citou que o Estado do Paraná é o Estado que mais gasta na educação, quase 35% e agora esses números são apresentados, Deputados Reni Pereira, Rossoni e Miltinho Pupio, 27%. O mais grave ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que é que diz a Constituição? Artigo 212:

"A União aplicará anualmente, nunca menos que 18% e os Estados, Distrito Federal e Municípios, 25% no mínimo, da Receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino". Mas aonde? No ensino básico tem que ser gasto. É um dispositivo constitucional e o Governo do Estado gasta 27,02% incluindo o 3º grau. Eu perguntei hoje na Audiência Pública: esses 27% são do ensino básico ou está incluso também o 3º grau? A resposta foi afirmativa. Nesses 27% estão inclusos o 3º grau. O que é que nós vamos fazer? O que é que precisa ser feito? Primeiro, você mente para o Paraná inteiro, mente para o Brasil inteiro.

Diz que gasta, Deputado Tadeu Veneri e V. Exa. que é um defensor da educação do Estado do Paraná, o Governo diz que gasta 35% e depois volta atrás e diz que gastou 27%. E não são 27% não. No ensino básico deve ter gasto - e eu acredito que esses números apresentados pela APP Sindicato devem refletir a verdade - são 20,22%. O que é que nós vamos fazer agora? Qual vai ser o posicionamento do Tribunal de Contas? Qual vai ser o

posicionamento da Assembléia Legislativa, mas principalmente para manter a coerência dos Deputados que condenaram o ex-Governador Jaime Lerner pelo fato de não ter aplicado o percentual exigido porque estava na fase de adaptação. E o atual governo que não gasta e ainda mente para a população! O que é que vamos fazer, o que é que os Deputados vão fazer. Diz ele que agora pode. Dizer que só não podia fazer a Lei só se aplica aos governos adversários, dos defensores da educação e da saúde. Será que o povo do Paraná não precisa saber? Você que está me assistindo em casa pelo Canal 21 tire as suas próprias conclusões.

Vocês paranaenses que estão presentes aqui hoje tirem suas próprias conclusões. Não se mente, não se engana o povo. Para quem mentiu nos percentuais. Será que são verdadeiros os outdoors pelo Paraná, onde fala que o Paraná está gastando um bilhão de reais na saúde. Será que esses números são verdadeiros? Quando se inclui o terceiro grau para formar os 27%. Será que a propaganda da construção de novas escolas são verdadeiras? Porque quem falta com a verdade uma vez, pode faltar sempre. Contra números não há contestação, contra esses dados ninguém pode contestar. Só espero que os ilustres parlamentares que levantaram sua voz no governo passado, hoje integrante da bancada do governo façam o mesmo, cobrem do governo, digam que o atual governo do Estado não está cumprindo com a Constituição. Omite números, inventa números, mente para o povo e faz propaganda enganosa.

É por isso que fiz questão de relatar isso, podíamos também falar sobre a dívida do Estado do Paraná.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

O senhor aborda a questão da prestação de contas ocorrida hoje pela manhã. O número da educação é o número que não só salta aos olhos de todos os parlamentares que lá estiveram hoje pela manhã, mas com certeza, o seu posicionamento será o posicionamento desta Casa, porque há dúvida quanto ao número se é 34,27 ou 25 não ficou esclarecido. V. Exa. acompanhava hoje pela manhã, que mesmo depois de encaminhado oficialmente pela Presidência o relatório que seria abordado pelos técnicos da Secretaria da Fazenda, foram alterados os números informando vários critérios, não sei se objetivos, subjetivos que vem da Secretaria da Fazenda Nacional, do Tesouro Nacional, mas V. Exa. coloca com muita clareza, é preciso ter objetividade quando se trata de questões sérias, como a educação, como a saúde no Estado do Paraná. Nós precisamos saber, esse é nosso papel como Deputados quanto é que se está gastando objetivamente na educação básica que é obrigação Constitucional do Estado sofre isso, se está cumprindo o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e se está cumprindo esse limite, quais são os critérios colocados no critério de receita e de despesa. Por que também escutei junto com V. Exa. e demais parlamentares que se faziam presente lá, que no quesito saúde, de acordo com vários índices se gastou 9%

e não 12% porque teria comprado num leilão eletrônico, remédio 30% mais barato.

Pois bem, faltam recursos na saúde do Estado do Paraná de cado a rabo.

Se tem recurso sobrando não é para deixar em caixa é para suprir as necessidades da população carente do Estado e nós não podemos aceita pacientemente que o Governo nos diga que tem dinheiro em caixa como foi afirmado hoje pela manhã e não cumpriu o requisito Constitucional de atingir os 12% porque conseguiu comprar remédios 30% mais barato. Mas esse dinheiro que sobrou esses 30% faz falta nos setores da saúde pública do Estado do Paraná, a começar pela minha cidade, Foz do Iguaçu, que está com a Santa Casa à beira do fechamento!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado, Deputado Elio Rusch.

Deputado Natálio Stica com a palavra.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, gostaria de fazer dois breves comentários. Primeiro dizer que a Deputada Elza Correia tem a minha concordância na sua defesa que faz do Dr. Sérgio Botto, pois o procurei para saber exatamente o que estava acontecendo. E a conversa, o acordo feito lá em Brasília, ele foi feito à luz do dia e com toda a ética e transparência possível. Portanto, não posso furtar-me de dizer que somo-me também nesta solidariedade.

Outro assunto que quero abordar, porque voltarei a esta tribuna, daí sim com números, é exatamente a fala que acaba de fazer o meu amigo e companheiro Elio Rusch, que diz que tem números e que mostra que o Governo do Estado está mentindo em relação aos investimentos da saúde e da educação. Eu também tenho números, não estou porém com eles em mãos, mas os trarei na próxima Sessão.

A questão da saúde, Deputado Elio, pela primeira vez na história do Paraná, depois de muitos anos estamos vendo a restauração de hospitais, a construção de hospitais. Cito inclusive um deles que é uma luta histórica da minha cidade, a Lapa, onde teremos o hospital regional, e outros tantos pelo Estado do Paraná que vou trazer para confirmar os números.

O Governador Requião, com toda certeza não está colocando números aleatórios sem ter uma explicação plausível pelos números que ele apresenta, inclusive nos outdoors na cidade de Curitiba. Portanto, trarei esses números para mostrar a realidade.

Mas, o que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são os últimos fatos que infelizmente estão de certa maneira enlameando a política do nosso país. E é nesse momento em que passa por acusa-

ções de todos os lados e de todo o tipo, em que companheiros da Oposição aproveitam no ano pré-eleitoral para já fazer a campanha antecipada. É claro que o Presidente Lula está incomodando aqueles que perderam o poder há dois anos e meio atrás, é claro que está incomodando porque estamos com a inflação controlada, estamos livres do FMI, que estávamos sobre a coordenação do FMI e hoje já estamos com uma condição de negociar de cabeça erguida, olhando de igual para igual. Estamos numa condição aonde a preocupação é porque o dólar estava baixando muito, e nós estamos num país em que as denúncias nunca foram tão averiguadas, investigadas como é neste momento.

Eu, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero hoje trazer algumas ações.

Tenho aqui em minhas mãos uma matéria que diz: “combate à corrupção é a política prioritária do Governo Federal”.

Vou ler trechos aqui dessa matéria:

(Lê):

“O combate à corrupção e o rigor no controle dos gastos públicos são duas marcas essenciais do Governo Federal. O trabalho do governo de combate à corrupção é uma política de Estado e não persegue, nem acoberta ninguém. É um exemplo de solidez das instituições democráticas no Brasil, que se consolidaram ao longo dos anos, e permitiram ao atual governo avançar na ação contra a corrupção, aprimorando e valorizando alguns instrumentos já existentes e criando novos mecanismos de combate à corrupção.

As ações do governo federal nesse sentido mobilizam diversos órgãos do Estado, que trabalham de forma articulada e intercomplementar, conseguindo assim potencializar resultados e evitar duplicidade de esforço. Além disso foram criados instrumentos que permitem e incentivam a participação da sociedade civil no controle das aplicações dos recursos públicos.

A Controladoria-Geral da União, criada no atual governo, e o Ministério da Justiça - com a Polícia Federal e novo DRCI - são os principais órgãos do Estado envolvidos no combate à corrupção e lavagem de dinheiro na fiscalização do uso do dinheiro público.

A Polícia Federal, órgão do Ministério da Justiça, vem desmontando esquemas de fraudes e golpes em várias regiões do país. Com a cooperação da Controladoria-Geral da União, do Ministério Público e do Poder Judiciário, as operações demonstram o empenho do Governo Federal em combater o crime organizado e todas as formas de corrupção, além de acabar com a impunidade. Nessas operações foram desmontados esquemas antigos de corrupção, prendendo pessoas que atuavam há vários anos.

Nos últimos dois anos, a Polícia Federal realizou 75 operações, que resultaram na prisão de 1234 pessoas. Dessas, 45 foram operações especiais de combate à corrupção, onde foram presas 819 pessoas, entre elas políticos, juízes, empresários, 120 policiais federais e

rodoviários, e 290 servidores públicos. Em apenas oito operações, a Polícia Federal combateu fraudes em torno de R\$2,7 bilhões contra a administração pública.”

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Quero contestar a sua afirmação de que a Oposição se vale desse momento de dificuldade do Governo Federal para tentar promover-se visando o embate eleitoral.

Esta verdade não prospera, não vinga, até porque estamos diante de fatos estarrecedores. Disse ontem em meu pronunciamento que, por muito menos do que isso, apenas por um veículo Elba, o Collor caiu do governo.

O que se vê hoje em nível federal, o escândalo que se deslumbra, que se observa é de alta gravidade.

Leio a “Folha de São Paulo” hoje e praticamente todos os homens do primeiro escalão do governo confirmam que o Presidente Lula sabia de tudo aquilo que vinha ocorrendo no Congresso Nacional (da corrupção, das denúncias trazidas pelo Presidente do PTB, Roberto Jefferson) e omitiu-se, calou-se, não tomou decisão, faltou postura, faltou coragem, determinação.

Louvo algumas atitudes da Polícia Federal com relação a esses estouros que vem fazendo apreensões de pessoas. Louvo sim, mas o que me parece é que o time que está no PT, hoje, foi muito rápido, com muita sede ao pote. Estamos verificando no Mato Grosso a questão do IBAMA, a maioria das pessoas são ligadas ao Partido dos Trabalhadores que estão sendo presos em função da corrupção implantada. Portanto, isso é preocupante.

Parece-me que por mais que a imagem do Presidente Lula, tanto em nível nacional quanto internacional, goze de zelo, tenha o seu devido respeito, o seu partido, hoje, está enxovalhando essa imagem construída ao longo do tempo com muito desprendimento, muito denodo.

Infelizmente estamos em um momento em que...

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Obrigado, Deputado Traiano.

Um minuto acabou sendo três, mas tudo bem.

V. Exa. cita Mato Grosso. Pois bem, Deputado Traiano, o que V. Exa. fala é em cima de uma reportagem da Revista Veja!

A Veja afirma que uma das pessoas envolvidas em esquema atacado pela Operação Curupira, desencadeada pela Polícia Federal, é o petista que, em 2004, foi encarregado de arrecadar fundos para a campanha do PT à Prefeitura de Cuiabá. Como fundamento pela acusação leviana apresenta telefonemas gravados de pessoas que teriam adquirido ingressos para um evento da campanha por intermédio de Hugo Werle, gerente do IBAMA, exonerado na semana passada.

Caracterizar a venda de adesões para eventos de campanha como atividade ilícita é inaceitável. A prática de realizar encontros com líderes partidários é tradicional na militância partidária no Brasil e em outros países. O

ingresso para o coquetel e a palestra do candidato Alexandre Cezar, com a presença do Ministro José Dirceu e do Governador Blairo Maggi, foram vendidos por mais de uma dezena de militantes e simpatizantes da campanha.

A matéria da Veja caracteriza a atividade arrecadadora de Werle exclusivamente na venda de ingressos para coquetel e palestras, nada, absolutamente nada, além disso. Segue a matéria: doações de campanha do PT. A doação à campanha do PT de Cuiabá por pessoas que, agora, são investigadas pela Polícia Federal não têm qualquer relação com recursos irregulares. Os valores foram dados, contabilizados e declarados na prestação de contas do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Eu não tenho tempo para ler, mas tenho a matéria e posso repassar depois para V. Exa. que o Partido responde. Investigações contra o PT: despidoradamente foi divulgado que o PT seria alvo de investigação na operação Curupira. Chegou-se ao cúmulo de afirmar que Alexandre Cezar havia sido intimado para depor. Não há nada que ligue o Partido ou a campanha de Cuiabá à quadrilha de exploração ilegal da madeira.

O jornal Folha de São Paulo de 05/06 informa que o Delegado Tardelli Boaventura, da Polícia Federal, afirma que na investigação não há qualquer elemento que indique o favorecimento do candidato petista no esquema de fraude. Tardelli explica que se houver algum indício, tudo será investigado.

Os envolvidos na máfia: a matéria da Veja foi parcial, incompleta e tendenciosa. Atribui ao PT a montagem da quadrilha e que Hugo Werle seria o cabeça. Oliveira do PSDB; Hilário Mozzer; e o irmão do Senador Jonatas Pinheiro do PFL, Leôncio Pinheiro; estiveram à frente do IBAMA em anos anteriores. Querem atribuir ao PT ou a algum dos seus integrantes a montagem e liderança por tal esquema, revela antes de qualquer outra, a intenção de desviar a atenção do foco principal da operação Curupira. É o governo do PT que tem a coragem de desbaratar um esquema um esquema de corrupção que existe há décadas e causa problema muito mais grave do que a terrível evasão de recursos dos cofres públicos e a destruição das florestas brasileiras.

E aqui tenho outros números, outros nomes que evidentemente não terei tempo de fazer a leitura, mas quem quiser tenho cópias para saber de onde vêm os esquemas.

Concedo um minuto ao Deputado André Vargas antes de falar também do governo FHC, não quero polemizar, mas tenho que dizer pelo menos alguns detalhes para o Deputado Traiano e outros que usaram da tribuna.

O Sr. André Vargas (PT)

Obrigado pelo aparte e pela forma democrática. V. Exa. concede aparte para a Oposição, ao contrário da Oposição que não nos cedeu no dia de ontem.

Volto a esta Casa, estava inscrito no Grande Expediente, não pude comparecer em função de problemas de

saúde, mas não poderia ficar, mesmo com problemas de saúde, em casa ouvindo determinadas questões que são faladas aqui.

Deputado Stica, só essa ponderação, um governo pode ser acusado por ação ou omissão na questão da corrupção. Nenhum governo quando se elege, e nós nunca prometemos isso, de acabar totalmente com a corrupção porque ela é um problema crônico e cultural do Brasil de 500 anos. Mas, é bom dizer que o nosso Governo combate a corrupção. É importante que tragamos para cá uma comparação da ação da Polícia Federal no governo Lula e uma ação da Polícia Federal no governo do PSDB.

É importante também trazermos uma comparação de um Procurador Geral da República do Governo Lula e do Geraldo Brindero que era conhecido como “engavetador-mor” e que não andava nenhum processo, principalmente contra autoridades políticas de alto escalão de Brasília, na época do PSDB.

Mais do que isso, quando se trata do nosso governo, atacam o PT. Quando vemos que na operação Gabiru, que combate à corrupção no desvio de verbas, de leite de criança miserável no Nordeste, os Partidos envolvidos, certamente não tem nenhum do PT. Tem de outros partidos e não fazemos disso uma guerra, Deputado Stica. É importante ponderar isso. Não fazemos disso uma guerra de desconstrução partidária, porque isso é um desserviço para a democracia, principalmente do PT que constrói, junto com os demais partidos, um movimento em garantia da democracia.

Portanto, parabenizá-lo pela forma democrática e reafirmar esses princípios.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Veja, nos dois minutos que me restam, e eu não quero, em hipótese nenhuma, trazer uma comparação. Os erros do Fernando Henrique e os erros do governo Lula; as acusações do FHC e as acusações do governo Lula. Até porque não nos interessa comparar o mal. Queremos sim, mostrar o que estamos fazendo de bem.

Agora, não posso deixar passar em branco quando são atacados os membros deste governo com acusações levianas até que se prove, porque até agora nada foi comprovado, apenas e tão somente calúnias foram feitas. O dia que se provar vem aqui e diz: está aqui, comprovado.

Tenho um dossiê do FHC que são comprovados. É diferente de dizer o que foi comprovado e o que está sendo acusado.

Tenho aqui, para um dia quando se fizer necessário desta tribuna ler os detalhes, abrindo as portas para a corrupção que foi no dia 19 de janeiro de 95, aonde ataca o PSDB e o PFL; tenho aqui concorrência do SIVAM e do SIPAM com contratos lesivos; tenho uma pasta rosa muito suspeita de fevereiro de 96; tenho a compra de votos para a reeleição do FHC, custou muito caro ao país, está aqui com detalhes; tenho o escândalo da TELEBRAS que envolveu mais de 22 bilhões, também está em detalhes; tenho aqui dengue - o fracasso na saúde, temos

detalhes para mostrar o que aconteceu; tenho aqui o nebuloso caso do Juiz Lalau.

Agradeço ao Deputado Neivo Beraldin por ter me concedido este espaço.

O Sr. Presidente (**Augustinho Zucchi**)

Antes de conceder a palavra ao Deputado Neivo, suspendo a Sessão por cinco minutos, tendo em vista um problema ocorrido com a família, pelo menos a notícia que nos chega aqui, com o Pastor Ailton até que consigamos apurar os fatos.

Está suspensa a Sessão.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está reaberta a Sessão.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, por quinze minutos.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Certamente no dia de hoje teríamos muito que falar, sobretudo, da turbulência que vive Brasília e do momento crítico da política brasileira, onde mais uma vez a população tem que assistir na televisão, ouvir no rádio e ler nos jornais notícias que deprimem o ser humano. Em um Brasil pobre como o nosso, com a ausência de investimento da produção, em um país que manda embora a matéria-prima e deixa de agregar valor, emprego, e dá às multinacionais da vida transportar os nosso grãos, a nossa produção. Se não invertermos o estilo de governar, se não dermos um choque de mudança na administração pública, certamente não veremos a nossa sociedade modificada. Porque não são possíveis tantos ministérios, tantas secretarias dentro do nosso Estado, tanta despesa com a máquina pública, quando poderíamos investir no crescimento do ser humano, na valorização da nossa produção e novas técnicas para não exportarmos a matéria-prima, mas exportamos o produto acabado.

A corrupção deprime a população, envergonha-nos, enquanto o agente público procura fazer uma história, construir um nome e mostrar à população que quer ser digna do que faz, porque faz o que gosta, que é o exercício da função parlamentar. Toda vez que se tem uma denúncia desse nível de corrupção, toda a classe política acaba pagando muito caro, sobretudo para quem tem filhos. E filhos pequenos, que vão à escola e acabam sendo abordados por outros colegas pedindo explicações disso ou daquilo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho à tribuna hoje para falar um pouco da Delegacia da Mulher do Paraná. Em 1984, eu, como Vereador de Curitiba, ao lado

da primeira-dama Maristela Requião, Juízas de Direito, lideranças comunitárias, Maria de Lourdes Monte Negro e outros expoentes da sociedade. Começava então uma campanha nacional para criar a Delegacia da Mulher. Essa Delegacia que este ano completa vinte anos de existência e que na seqüência surgiu em São Paulo e hoje é uma prática em quase o Brasil inteiro.

Esse movimento fez com que o então Governador José Richa criasse, por decreto, a Delegacia da Mulher. Depois de muito debate com o Secretário Mussi, na época, discutíamos se deveríamos ter uma Delegacia para atender a mulher que fosse vítima de uma agressão. Certamente a mulher teria a oportunidade de expor com mais tranquilidade e com mais desembaraço os seus problemas sofridos, ou seja, a violência contra a mulher.

Pois bem, hoje a Delegacia da Mulher é uma realidade no Paraná e no Brasil. Temos aqui uma situação de duas Delegacias de Polícia, responsáveis pela Delegacia, a Tereza Cristina e a Darli Rafael; temos onze agentes investigadoras; trabalha 24 horas por dia; tem quatro viaturas e atender uma média de quatro mil mulheres por ano. E a Delegacia da Mulher - eu falava agora há pouco com a Delegada Darli - está pedindo um maior número de investimento para infra-estrutura de equipamentos, investigadoras, um maior número de pessoas para trabalhar na área burocrática, porque diariamente a Delegacia atende em torno de quinze a vinte mulheres ainda. E são mulheres que, evidentemente, vão à Delegacia com menos constrangimento, porque vão relatar as suas queixas para uma outra mulher.

Então, não poderia deixar passar em branco essa data. E aproveitar também este momento para pedir ao Secretário da Segurança Pública mais atenção para a Delegacia da Mulher. Tenho certeza que o Governador Requião, ao saber deste pronunciamento e entendendo que vinte anos já se passaram e com a intervenção da primeira dama, Maristela Requião, vão sensibilizar o Secretário da Segurança para que dê mais atenção a essa Delegacia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, também aproveito esta oportunidade para anunciar para os próximos dias o relatório da Comissão Especial criada por esta Casa e que presido, que é o relatório do Eixo Metropolitano de Curitiba. Nós designamos o eminente Deputado Rafael Greca para que possa relatar o trabalho do Eixo Metropolitano de Curitiba. Então, esse relatório está a cargo do Deputado Rafael Greca. Certamente na semana que vem virá a público e certamente poderemos revelar o trabalho que realizamos.

Estamos também na iminência de terminar a Comissão Especial criada por esta Casa, que também presido, sobre o grande acidente do navio Vicuña na nossa baía de Paranaguá.

Fizemos já várias audiências públicas e agora estamos culminando com um acordo, tentando um acordo entre a operadora e a Ultragás Chilena e P&I, o IBAMA, o IAP, a PETROBRAS e o porto para criarmos um fundo,

não só para recuperar o dano ambiental, mas como criar um projeto de desenvolvimento, de educação ambiental, de autoproteção àqueles que vivem na baía de Paranaguá.

Então, nos próximos dias estaremos outra vez em Paranaguá para encerrarmos esta Comissão Especial e revelarmos o grande trabalho que foi feito, porque se esta Casa não tivesse criado uma Comissão Especial e não tivesse estado no Porto de Paranaguá e não tivesse pedido ajuda à Polícia Federal para seqüestrar os passaportes daqueles do navio e da segurança, se não tivéssemos contado naquele dia com o apoio da Polícia Militar e do Porto de Paranaguá, não teríamos feito aquele termo de ajuste, obrigando a seguradora, a operadora a pagar o dano, que não era pouco, na época se falava em dez, doze, quinze milhões de dólares. Muito óleo se espalhou pelas nossas praias, pelos nossos manguezais, estão ainda contaminados com óleo, nossas pedras estão pretas e cada dia surge um cenário novo e nós vamos apresentar um resultado final também nos próximos dias em relação a esta Comissão Especial criada por esta Casa, mais uma vez prontamente atendida pelo Presidente Hermas Brandão que tem designado comissões especiais para assuntos especiais quando acontece uma emergência no Paraná.

Mas, Sr. Presidente, para encerrar, pedir ao Tribunal de Contas do Estado, que mande as contas dos municípios imediatamente no ano subsequente. Não segure as contas nas gavetas, sobretudo de Londrina, Curitiba, Maringá. Por que vocês estão fazendo isso? Curitiba está analisando as contas de 97. Isto é o primeiro ano do governo Cássia. Ele teve dois governos e já tem mais um Prefeito. Em Londrina se passaram quatro Prefeitos. E eu fui a Serranópolis do Iguaçu nesta semana, também não recebeu as contas. O que é que está acontecendo com o Tribunal de Contas do Paraná? Será, Sr. Presidente Hermas Brandão, será que nós temos que instalar a comissão de fiscalização e controle dos municípios para que trabalhem dentro do Tribunal de Contas e chamem os técnicos para que possam nos assessorar? Onde que está o Tribunal de Contas?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Neivo, às vezes alguns Parlamentares interpretam que o Deputado Rossoni invoca com o Tribunal de Contas, mas é em cima disto que eu me atenho.

Tenho municípios aonde eu atuo politicamente que os Prefeitos e os Vereadores ficam sob pressão de políticos dizendo o seguinte: se os senhores não nos apoiarem, as suas contas serão desaprovadas. E por esta razão é que eu venho insistindo para que o meu projeto venha para a Ordem do Dia para que possamos aprovar. Temos dois projetos de substancial importância e certamente isto aí vai salvaguardar os Conselheiros e vai salvaguardar o direito que esta Assembléia tem de ser o Tribunal de Contas um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa. Por

esta razão insisto novamente ao Presidente Augustinho Zucchi que se reporte ao Presidente Hermas Brandão, se possível, e peça a ele, porque já está aprovado em regime de urgência, já poderia ter vindo a este Plenário. Com os projetos que estamos dando encaminhamento na Casa, nós vamos coibir esse tipo de ação.

Não é possível Deputado Neivo, encerro aqui porque se não não é um aparte é um pronunciamento, que o Município fique cinco, seis anos sem ser apreciado para as suas contas, só para ficar sob a pressão de determinadas situações.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Neivo.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com todos os outros tivemos esse procedimento. O Deputado Hermas começou a Sessão assim. Eu quando começo a Sessão sempre dou a conclusão para o Deputado. Mas para não prejudicar aqueles que falaram com antecedência.

Horário das Lideranças.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, já que estamos na linha do rigor, quando um projeto está aprovado em regime de urgência, ele tem que estar na Ordem do Dia. Isso que determina o Regimento Interno. Não é possível aprovar o regime de urgência pelo Plenário da Casa e a Mesa dar-se ao luxo de esquecer que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A questão de ordem de V. Exa. procede. Mas gostaria que V. Exa. tivesse a mesma ênfase na sua colocação ao Presidente Hermas Brandão.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

É diretamente a ele que cabe a questão de ordem. Espero que ele responda, do contrário não precisamos deliberar em Plenário.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É ele que determina a Pauta.

Horário da Liderança do PSB. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Reni Pereira.

Liderança do PSB: Deputado Reni Pereira

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, percebo que na condução dos trabalhos V. Exa. não tem tido dois pesos e duas medidas. E

com certeza o processo democrático em todos os setores, em todos os poderes se fortifica quando nós temos um tratamento isonômico em relação a todas as questões. Não só em relação ao tempo da tribuna, mas também em relação ao respeito à Constituição do Estado do Paraná, que deve nortear os trabalhos desta Casa, do Governo do Estado e também do Tribunal. E faço essa declaração, porque hoje o tema dois pesos e duas medidas veio à tona já desde o momento em que o Deputado Elio Rusch se referia a prestação de contas.

Quero fazer menção à companheira Deputada Elza Correia que tanto hoje de manhã manteve a sua postura, não teve desvio de conduta porque estava a prestação do Governo (à qual ela faz parte da base de apoio) e questionou muito embora não tenha tido a devida resposta. Nem ela e nenhum dos Parlamentares que lá se faziam presentes. Posteriormente na reunião da Comissão de Educação, ela manteve a mesma conduta quando nós obtivemos através de um ofício de 23/05 do Chefe de Gabinete do Secretário da Educação com a resposta a um pedido da Comissão de Educação em relação a um requerimento apresentado nesta Casa no dia 16/03. Cujo recebimento foi feito pela Casa Civil no dia 21/03 e até hoje, decorridos mais de cem dias, não obtivemos nenhuma resposta. E o que indagávamos era quantos professores estão hoje em sala de aula? Com certeza hoje já são menos do que naquela ocasião, que estão dando sessenta horas-aula por semana, porque é humanamente impossível alguém dar doze horas de aula por dia e hoje já são menos porque nós visitamos vários colégios estaduais e vários professores tiraram licença para tratamento de stress.

Também perguntamos de que maneira e até quando vai esse “tapa buraco” na Secretaria da Educação. Não responderam ao nosso requerimento, nem ao da Comissão de Educação e a Deputada Elza Correia sem dois pesos e sem duas medidas convoca para a próxima semana, o Secretário da Educação para vir à Comissão prestar esclarecimentos, não a este Deputado, prestar esclarecimentos ao Poder Legislativo que tem que levar esta resposta a todo o Estado do Paraná, porque nós somos cobrados por isso.

Somos cobrados também de que maneira o governo que propala e está muito bem, graças a Deus, a economia do Paraná e ontem, o governo também socorreu um setor importante que é a triticultura. Temos que dar esse mérito, mas de que maneira estamos cumprindo os requisitos legais?

Hoje pela manhã, a Secretaria da Fazenda nos informava que ela é a mera repassadora. Ela não tinha como explicar de que maneira que a Secretaria da Saúde tinha gasto o dinheiro que ela repassava e de que maneira eram geridos os programas de governo.

Por isso, peço o apoio de todos os Pares desta Casa. Estava presente hoje, o Deputado Dobrandino que também fez referência que o problema não é o governo gastar, o problema é a fiscalização de como gasta e este Poder tem por obrigação constitucional fiscalizar de que

maneira o Executivo gasta, mas como fiscalizar se já é a enésima vez que vem a Secretaria da Fazenda prestar conta, números? Eu até faço uma sugestão. Não precisa vir, porque na hora em que perguntamos de que maneira está sendo cumprido, não tem critério objetivo. Sugerimos à Presidência hoje para manhã, que, da próxima vez venha alguém que saiba responder questões como as que a Deputada Elza formulou.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Concedo a palavra ao PPS. Deputado Marcos Isfer.

Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na tarde de ontem ouvi atentamente os pronunciamentos nesta Casa, principalmente aqueles que se referiam às dúvidas com relação ao direito de sucumbência, de receberem sucumbência os Procuradores e da atitude que teria sido tomada pelo Ministério Público na desistência da ação.

Ontem mesmo procurei o Procurador Geral, Dr. Milton Riquelme para me informar das motivações que teriam levado a retirar, já em 3ª Instância, o Recurso do Ministério Público com relação àquela Ação. Disse ele que o Conselho do Ministério Público, analisando a lei votada nesta Assembléia, entendeu que a ação perderia objeto e motivo pelo qual foi retirado aquele recurso e que aguarda, naturalmente, o julgamento do mérito que deverá acontecer dentro do que foi proposto. Nós temos que entender que este princípio da sucumbência existe e existiu durante muitos anos em todos os órgãos públicos e em todas as Procuradorias. Depois da reforma da Constituição em 93, vedou-se a cobrança dessa Sucumbência. Todos os institutos se transformaram através de fundos, fundos a serem gestados pelos próprios Procuradores. Isto, naturalmente em muitos momentos proporcionou que houvesse o reequipamento de Procuradorias, providenciou que fosse diligenciados cursos jurídicos, que fossem feito o aperfeiçoamento dos senhores Procuradores para melhor ainda servirem a sua função pública.

Queremos deixar claro que não conseguimos entender a colocação de conluio porque essa palavra da forma como foi colocada e depois a pedido do Deputado Vanhoni retirada dos Anais desta Casa, realmente desvirtuava a fala que aquele momento fazia, com todo o mérito, o Deputado Tadeu Veneri que levanta essa preocupação, tem razão, e nós fomos à busca dessas respostas, tanto por parte do Dr. Milton Riquelme e por parte do Conselho me foi dito que houve o entendimento de que a ação naquele momento perdia o seu objeto. E também por parte dos Procuradores que com a lei aprovada teriam condições sim de formar esse fundo, que não seria apenas o repasse direto para cada um dos Procuradores, mas

muito pelo contrário, seria um equipamento, seria a adequação, o melhoramento dos trabalhos dos senhores Procuradores.

Acho que isso é importante esclarecermos, que nós, em alguns momentos, somos levados por algum tipo de fala e muitas vezes chegamos a conclusões que mais tarde quando vamos averiguar podemos ver que não era exatamente aquilo que estávamos imaginando.

Disse-me o Dr. Requião que o próprio Deputado Tadeu esteve com ele conversando, e deixou aberta a oportunidade de qualquer questionamento a ser realizado. Disse também que dentro do próprio Ministério Público há sim divergências, há alguns dos senhores Procuradores que entendem que poderiam continuar, que deveria continuar enquanto a grande maioria entende que não deveria ser este o caminho.

Quero dizer que hoje pela manhã tivemos a oportunidade de presenciar a assinatura da integração do transporte coletivo da região metropolitana. Uma obra sem sombra de dúvida, importante para toda região metropolitana de Curitiba. Pois com essa obra estaremos dando condições de desafogar Curitiba como único polo gerador de empregos, que haja efetivamente uma maior vascularização da economia com relação aos Municípios da Região Metropolitana, fazendo com que esses Municípios possam, a partir dessa integração dos transportes, deixarem de ser cidades dormitório e passem a ser cidades geradoras de emprego, geradoras de habitação. Só queria fazer um convite aos Srs. Deputados, que estaremos promovendo amanhã um fórum sobre gestão das águas e gostaríamos de convidar a todos os senhores para amanhã pela manhã no plenarinho da Casa, onde estaremos debatendo a questão das águas e principalmente a questão de como remunerar os Municípios principalmente aqueles que fazem a manutenção e conservação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra no PDT, Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero trazer à tribuna na tarde de hoje, ao conhecimento das autoridades, o que já fiz através do requerimento encaminhado ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier. A situação real por que passam alguns hospitais regionais de média complexidade no Norte do Estado do Paraná. Veja por exemplo, que todos os hospitais na nossa região, com exceção do Hospital Universitário de Londrina, não possuem plantonistas, nem médicos ortopedistas, especialistas em traumatologia dando expediente integral nos prontos socorros dos hospitais.

Chamo a atenção dos nobres Pares na tarde de hoje, porque de sessenta, setenta por cento das entradas de ocorrências nos postos de saúde, têm origem em traumatologia e principalmente ortopedia. E a gente vê até algumas soluções um tanto demagógicas por parte daqueles que administram essa questão, em que se contrata ginecologista, pediatra, mas não se contrata o ortopedista, porque uma pessoa pode não vir a morrer por causa de um trauma, mas terá seqüelas para o resto da vida. Quando não são atendidos no momento imediato as causas são muito graves, com defeitos físicos ocasionados por essas pessoas, principalmente em função da osteomielite, que é a infecção crônica nos ossos.

Então, como essas pessoas não morrem, os governantes principalmente, não investem na contratação de ortopedistas. E o requerimento que eu trago no dia de hoje, aprovado no dia de ontem, por esta Assembléia, é sugerindo a contratação de médicos ortopedistas, já que o quadro clínico não precisa ser composto apenas por clínico geral, por cirurgião, por ginecologista ou por pediatra.

Vamos comparar com São Paulo: qualquer hospital paulista possui um médico ortopedista; nós estamos aqui na contramão e num atraso muito grande nesta questão de internação, e principalmente no atendimento para ortopedistas.

O Hospital Cristo Rei, por exemplo, em Ibiporã, não possui ortopedistas, lá três pessoas acidentadas nesse final de semana não tinham onde ser tratados, foi necessária a intervenção do Sr. Marco Antônio Batista que se sensibilizou diante desta situação, mas vai se fazer o quê? E só citando outro exemplo também do maior Hospital Regional do Norte do Paraná, que é HU, Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina, um rapaz com um tiro no braço, com dupla fratura exposta, não tinha espaço, não tinha leito, e ficou mais de seis horas apenas com analgésico numa cadeira, internado, já que a superlotação é muito grande. Essa é apenas uma constatação, outros médicos não fazem esse atendimento, o Dr. Marco Antônio Batista fez esse atendimento. E o que é mais grave: um paciente, numa situação complicada, veio de um Município da região de Londrina levado pela ambulância Municipal até o HU, e ali não tinha mais espaço, não tinham mais leitos para ele. O que fez o Dr. Marco Antônio?

Foi lá e retirou, mandou desparafusar a maca fixa de dentro da ambulância e levou aquela maca e deixou no corredor do hospital, assinando, responsabilizando-se, e a ambulância voltou para o Município dele, a maca sem o leito, mas por outro lado ele acabou sendo atendido, esse paciente que tanto necessitava.

Então, eram essas as nossas considerações na tarde de hoje, a carência muito grande de anestesistas, de ortopedistas, e é por isso que nós subimos à tribuna para deixar consignado essa realidade, essa necessidade premente por parte do Hospital Universitário de Londrina e de todos da região.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Com a palavra PT. Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós, no dia de hoje, tivemos duas informações e quero passar a esta Casa que me parece que dizem respeito a todas essas denúncias e a todos os casos que vêm acontecendo nesses últimos dias. Primeiro, o Presidente Lula decidiu hoje, na parte da manhã, trocar a direção do Correio e a direção do Instituto de Seguros do Brasil. Comunicou isso já às Lideranças do Congresso Nacional e também tanto da Câmara quanto do Senado. E entendo que esse é um primeiro passo para que nós possamos resolver definitivamente algumas das situações que vêm acontecendo nos últimos dias. Segundo, que me parece mais importante ainda, a Bancada do PT, na manhã de hoje reunida, decidiu apoiar a CPI dos Correios na Câmara Federal, e mais do que isso, vai propor também aos demais Partidos que apoiem a criação de uma CPI para investigar o pagamento de mesadas a Deputados.

Eu acho, Deputado Ângelo Vanhoni que a Bancada toma hoje uma atitude que é extremamente importante não só para nós petistas, mas para todos aqueles que vêm no governo federal, um governo sério, competente, um governo que vem dando respostas à sociedade a seu tempo, e principalmente na forma como acha correto. Ou seja, não estamos apenas querendo investigar as denúncias da CPI dos Correios. Queremos fazer uma CPI para investigar a denúncia que chegou ontem, apontando possível recebimento e mensalidade de alguns Deputados. Aliás, lembrem-se que o termo mensalão foi instituído no governo Fernando Henrique Cardoso pelo Sérgio, aquele que era tropa de choque do governo Fernando Henrique.

O que me chama a atenção é que hoje quando o PT propõe fazer a CPI do mensalão o Líder PFLista da Câmara Deputado Rodrigo Maia, diz que seria uma perda de tempo, porque não há tempo para se colher as assinaturas e isso poderia levar quarenta dias.

Para quem até ontem estava lépido e fagueiro dizendo que tínhamos que fazer uma CPI a qualquer preço, surpreende-me no dia de hoje dizer que a CPI do mensalão não precisa ser feita, porque perderia o foco principal do objetivo que é apurar todas as denúncias na Câmara Federal.

Gostaria também de passar aos Deputados que hoje estão sendo inaugurados os portais que mostram como é usado o dinheiro público. Esses portais permitem que qualquer cidadão de qualquer lugar do País possa acessar os sites www.mj.Gov.br/transparencia e www.presidencia.gov.br/cgu e através desses dois sites

saber os valores que foram repassados a cada Município e a cada Estado e poder fiscalizar de fato os valores recebidos pelos Municípios e Estados.

Concedo um aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT) (Aparte)

Tem Deputado que quando trata dos temas de Brasília fica valente aqui. E quando vem V. Exa. e trata de um tema que é grave e é da nossa responsabilidade, fica todo mundo olhando um para o outro, com medo.

Temos que cumprir com a nossa obrigação. Parece-me ser um despudor ser conivente com determinadas coisas e valente com outras.

Vamos pensar um pouco, porque isso tem a ver com a política real. A obrigação do Deputado Estadual é tratar dos temas nacionais, fiscalizar o uso do dinheiro público no Estado, seja ele de qualquer poder, inclusive o nosso.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Recomendaria a todos os Deputados que lessem o Projeto de Lei nº 582.

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Gostaria de cumprimentar V. Exa. que mostrou-se dentro dessa condição de equanimidade a todos que ocuparam a tribuna na tarde de hoje.

Parabenizar o Presidente Hermas Brandão que baixou essa determinação desde ontem. E notamos como o Plenário está respeitando seu tempo regimental. Está de parabéns da forma de conduzir a Sessão na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sou parceiro de Bancada de Oposição do Deputado Barbosa Neto, mas discordo totalmente como está sendo dirigida a Mesa. Pelo menos trinta segundos de relevância para que o Parlamentar termine seu pronunciamento tem que existir. Não é possível que o Deputado seja interrompido no meio do seu pensamento sem que possa agradecer aos Parlamentares que estão ouvindo o seu pronunciamento.

Faço essa ressalva a quem conduz a Mesa, aqui nesta Casa.

Acho que há que se ter uma tolerância de pelo menos de trinta segundos para que o Parlamentar possa concluir a sua fala, agradecer e encerrar. Pelo menos é o que eu penso. É deselegante encerrar o pronunciamento

do Parlamentar como aconteceu agora com o Deputado do PT que estava falando, Tadeu Veneri. É a minha posição. Se eu estiver errado, permita-me dar a minha posição.

Gostaria de conversar um pouco com os meus caros Deputados do PT. Eu vejo o ilustre Presidente do PT vindo àquele microfone dizer que Deputados têm muita coragem quando falam do governo federal, pouca coragem quando falam do governo estadual e pouca coragem quando falam do Ministério Público.

Quero dizer que V. Exa. comete uma injustiça brutal nesta Casa, gosto de restabelecer a verdade e o bom senso, porque se formos ver de coerência acredito que, a partir do momento em que nós Deputados de Oposição temos feito Oposição, temos tido muita coerência, firmeza e dureza em nossas posições.

Não é possível que em um momento em que o PT não fala com a voz, mas a sua voz fica sufocada dentro do pulmão, porque não consegue explicar o que está acontecendo para a Nação e o pior de tudo vem querer explicar o inexplicável com críticas ao Governo anterior. Ontem, quando subimos a esta tribuna, Deputado Vanhoni, dissemos que também no governo anterior houve corrupção, denúncia de corrupção, CPI's e outras coisas mais, umas engavetadas, outras não, mas que sirvam de aprendizado para democracia brasileira. Talvez tenhamos que fazer uma reflexão do momento em que estamos vivendo.

Nós do PSDB, que já fomos Governo e o PT que era Oposição feroz e que tudo era CPI na vida dele e, de repente, a CPI faz mal. Deputado Tadeu Veneri, com todo respeito e admiração que tenho por V. Exa, V. Exa. vem anunciar que hoje a Bancada tomou a decisão de apoiar a CPI dos Correios, mas na semana passada, toda a Bancada do Senado subiu à tribuna acusando o Senador Eduardo Suplicy por ter assinado a CPI dos Correios. Então, não é nada pessoal, mas na verdade, é o momento para nós políticos fazermos uma reflexão sobre o que está acontecendo no Brasil.

É claro, Deputados, que o povo brasileiro, ao assistir oito anos de Governo Fernando Henrique, achou que votando no Presidente Lula assumiria um Governo totalmente diferente. Infelizmente, hoje a população constata que o Governo é pior, não sabe governar, não tem quadros para governar e há uma falta de competência. A maior parte de falta de competência é o seguinte: o Aluísio Mercadante, ontem, no Senado, disse que o Lula não sabia do Mensalão; logo depois, o Albo Rebello veio fazer um comunicado à Nação dizendo que o Lula tinha um conhecimento genérico da situação e mandou apurar; e, do outro lado, o Líder diz que o Lula não sabia de nada.

Na verdade, o que está faltando ao Presidente Lula e ao PT é que eles esqueceram que estão governando. Atitude de estadistas foi a que teve o Presidente Fernando Henrique no dia de ontem, Deputado Durval Amaral. Na hora em que a Nação ficou estarelecida com a entrevista do Deputado Roberto Jefferson, qual a recomendação do

Presidente Fernando Henrique? Cautela. E o PSDB fez uma proposta, junto com o PFL no Congresso Nacional através da voz do Agripino e do Líder do PSDB, Arthur Virgílio, mandaram um recado ao Presidente Lula: “desfaça-se, mande embora, limpe o seu governo das pessoas que estão incomodando e pode contar com o PSDB nas votações para governar este país.”

Porque está claro, está notório de que o Lula está rodeado de uma redoma e ele como já sabia e já conhecia os trezentos picaretas, - havia falado no passado - naturalmente foi negociar. E ele sabe com quem negociou. Mas, ontem o PSDB mandou um recado ao Presidente Lula: “livre-se dessa gente e conte com o PSDB para você poder terminar o seu governo.”

Esta é uma proposta. E veja como é o destino. É triste! Sei que tem gente com urticária! mas, veja como o destino é triste e o castigo vem e vem com brutalidade em cima das pessoas. A manchete do Último Segundo que vem através da internet: Lula abre o fórum global de combate à corrupção.”

Há castigo maior do que este, para o Presidente Lula? Uma coincidência de que o Fórum Mundial de Combate à Corrupção hoje, tendo que ser aberto pelo Presidente Lula. Então, o que o PT está pagando hoje é pela inoperância, pela incompetência e o seu Governo foi invadido por pessoas inescrupulosas.

Uma denúncia que aconteceu neste País, que não passou por perto e pelo gabinete do José Dirceu. Vamos citar uma, tudo passa por lá, tudo aconteceu por lá, começou com o Waldomiro. Tudo passou por lá e só o Presidente Lula que não enxerga que o mal está dentro do Palácio do Planalto. O mal está ao lado do Presidente da República.

Sei que os Parlamentares do PT ficam tristes, aborrecidos com o pronunciamento do Deputado Rossoni. Mas, nós estamos sendo muito coerentes.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Só fico triste em não ter aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Veja a diferença do PT com os outros Parlamentares. Tem dois Parlamentares pedindo aparte educadamente e três estão aguardando sem se alterar.

Então, eu sei que V. Exas. estão nervosos porque na verdade, quem só atirava pedras no telhado dos outros, e quero dizer ao ilustre Deputado Stica, que levanta a mão com documentos...

Sr. Presidente, V. Exa. poderia pedir ao Deputado Stica...

O Sr. Natálio Stica (PT)

Que aguarde o aparte assim que me for concedido...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está garantida a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O Governo Fernando Henrique foi a julgamento popular, perdeu as eleições.

Eu, Deputada Elza, tenho quatro minutos e quatro apartes. Primeiro, dou a V. Exa. um aparte. Gostaria que todos fossem breves, para que todos tivessem a mesma oportunidade.

Não adianta, Deputado Stica, “esconder o sol com a peneira”. Hoje, os petistas têm vergonha de sair às ruas. Quero ver quem coloca estrelinha no peito para ir à rua, se tem coragem.

Concedo um aparte à Deputada Elza.

A Sra. Elza Correia (PMDB)

Serei breve.

Eu falava com os meus companheiros, alguns colegas do PT, que esperam que o Presidente Lula use o horário nobre na televisão, para esclarecer essas questões e “botar uma pedra em cima disso”. Estou aguardando a fala do Presidente, em relação a essa questão e acho que vai ser muito esclarecedora.

Faço rapidamente uso do meu um minuto, para dizer o seguinte: fico danada da vida, com falas genéricas, como foi feito aqui hoje, chamando a maioria dos Deputados de covardes, medrosos e silenciosos em relação a críticas. O companheiro André Vargas colocou a Oposição como alguns Deputados da Situação se acovardam, não falam alto e em bom tom quando precisam falar. Acho isso ruim. Dê “nome aos bois” e não generalize. Quem cala consente e por isso não me calo.

Acho importante dizer que não sou covarde, que não me silencie, que não me coloque no balaio dos covardes, como fomos todos colocados. Isso é muito ruim e generalizar faz mal à democracia.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte da Deputada Elza.

Já fiz a defesa e acredito em V. Exa. também. Só não concordo com V. Exa, pedindo ao Presidente Lula vir em cadeia nacional, para “colocar uma pedra em cima”. Vamos colocar uma “peneira para que possamos ver onde está chovendo.”

Concedo um aparte ao Deputado Plauto e depois aos Deputados Durval e Stica.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento e digo a todos que tenho uma curiosidade muito grande, em saber qual é a posição do Governador do Estado do Paraná, com relação a tudo isso que está acontecendo em Brasília. No período eleitoral, o Presidente Lula, há três anos atrás, em um prestígio muito grande, esteve diretamente ligado à campanha do Governador Roberto Requião.

Falo mais, na minha maneira de ver, o prestígio do Lula deu a vitória para o Governador Roberto Requião, Governador esse, Deputado Rossoni, que vem no decorrer dos últimos meses falando e colocando em público, que tem uma vontade muito grande de ser Vice-Presidente da República, Vice do Presidente Lula. Agora, deixo uma pergunta no ar: será que ele tem a mesma vontade que tinha há sessenta, noventa dias atrás, em ser candidato a vice do Presidente Lula, depois dessa onda de corrupção que toma conta do Governo Federal? É uma curiosidade que eu tenho.

Obrigado.

O Sr. Durval Amaral (PFL)

Nobre Deputado Valdir Rossoni, nós todos lutamos contra o regime militar e, efetivamente, sabemos o quanto é difícil essa constatação que tivemos, quando o Collor foi eleito Presidente, não com o meu apoio, porque naquela oportunidade votei no Ulisses Guimarães, no primeiro turno e foi a única vez em que votei no Presidente Lula, no segundo turno, contra o Collor. Mas a direita brasileira frustrou, sim, totalmente com o “sonho de verão” do Collor. Como é difícil, agora, ver que a esquerda brasileira se frustra com o senhor que também acalentou, com relação ao Presidente Lula.

Não resta ao Presidente outra alternativa do que “cortar na carne”, demitir e deveria fazer um pacto pela governabilidade, exonerar todos os Ministros que tomaram conhecimento, no mínimo, nas denúncias do Deputado Roberto Jefferson. É preciso que se diga, que Roberto Jefferson e Ciro Gomes admitiram que tiveram conhecimento.

Aldo Rabelo admitiu, Milton Teixeira admitiu e disse que tem mais. É insustentável. Não digo isso com felicidade. O País está perplexo, nós todos, cidadãos, estamos perplexos. É uma crise de ordem institucional e nós não devemos, acredito que tanto o PFL quanto o PSDB ou os políticos que realmente têm uma visão de Estado, não devem jogar o Presidente...

(Corte do som)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de dar um aparte ao Deputado Stica, até para não ser deselegante.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Gostaria de comentar com o Deputado Durval Amaral que o som não foi desligado daqui. Geralmente nós usamos do bom senso de esperar, pelo menos, o término da argumentação.

Gostaria da compreensão do Deputado Rossoni, porque não é mais possível aparte. Somente ao Deputado Durval Amaral, e depois, gostaria que V. Exa. concluísse.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não é permitido, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, concluo, Sr. Presidente.

Quero dizer, Deputado Stica, que estou “falando de cadeira”. Comigo também aconteceu o que está acontecendo com os senhores. Fui eleito pelo PRN, junto com o Collor. Eu não conhecia o Collor; eu era filiado a outro Partido, procurei um outro Partido e ninguém me ofereceu...

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

O rigor do horário foi cumprido até aqui. Se V. Exa. não autoriza que o Deputado Valdir Rossoni conceda-me trinta segundos, então paramos agora a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Mesa já pediu a palavra ao Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Seria muito melhor o Brasil ser governado na forma de Ditadura, porque daí o PT não teria esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

No Horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado José Maria Ferreira, por cinco minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

O Deputado José Maria usa o Horário da Liderança do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PMDB.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado José Maria, gostaria que V. Exa. compreendesse e veja como é a situação.

O último a falar nesta Casa, no Horário das Lideranças, ou é a Liderança da Oposição ou da Situação. Como o Deputado Stica está tomado pela síndrome do Regimento Correto, gostaria de pedir a V. Exa. que pedisse ao Deputado José Maria que falasse no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Assumi a Presidência agora. O Deputado Augustinho Zucchi estava conduzindo os trabalhos e colocou que V. Exa. utilizou na Liderança do PSDB e aí utilizou o Horário da Oposição. Ainda teríamos o Horário do PMDB.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Compreendo. Está certo.

Peço desculpas. V. Exa. está com a razão!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira, por cinco minutos.

Liderança do PMDB: Deputado José Maria Ferreira

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Aproveito para cumprimentar o ex-Prefeito de Alvorada do Sul, o José Cateli, que está na nossa tribuna de honra:

Evidentemente, o que vem acontecendo no País, com as últimas notícias, especialmente para o mundo político, não é agradável e não constrói nada para nenhum dos atores envolvidos dentro deste processo. Mas, evidentemente, há necessidade de apurar as questões, porque caso não se apure, ela vai engolfar este governo e, com certeza, nas próximas eleições a população terá um outro critério para julgar a nós todos, políticos.

Mas, não venho só falar dos problemas do Brasil. Hoje participamos, no plenarinho da Assembléia Legislativa, de uma reunião de Audiência Pública, presidida pelo Deputado Hermes Fonseca, e esteve presente o Secretário da Fazenda, Dr. Heron; o Diretor da Secretaria, Dr. Nestor; seus assessores, o Deputado e Secretário do Planejamento Reinhold Stephanes e o Secretário e também Deputado por esta Casa, Caíto Quintana. Compareceu também o Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, o Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Elio Rusch, a Deputada Elza, o Reni Pereira, este Deputado e o Deputado Dobrandino para ouvirmos as explicações dos técnicos e dos secretários do Governador Roberto Requião a respeito do desenvolvimento, do desempenho do Governo com relação ao exercício de 2004. Tivemos lá poucos Deputados. Acho que as audiências públicas precisam, especialmente aquelas em que os governos e as autoridades vêm para prestar contas, nós, os Deputados, precisaríamos estar mais presentes.

Relatou o balanço publicado uma Receita, um realizado de 12 bilhões 226 milhões do Governo do Estado, tendo um resultado não atingido de 4,65. Isto em função de quê? Não foi da Receita, não foram das Receitas correntes - foi justamente da Receita de capital apenas 518 milhões. Caso a Receita de capital fosse atingida na sua plenitude o Estado do Paraná teria um orçamento praticamente realizado com aquilo que foi planejado.

Vê-se para início de apresentação e de começo de discussão que os nossos orçamentos hoje são mais reais. Tanto o planejamento como o próprio governo tem buscado fazer do planejamento uma peça que possa ser argüida e sustentada enquanto plataforma de governo. E encontramos além disso, dos debates, aplicação de 27.02 na função ensino e aí incluindo toda a função ensino,

encontramos 9,07 no limite constitucional aplicado à saúde, enquanto que era para atingir 12% aqui ficou 2,93% a ser atingido. E é fácil de explicar isto. Deputado Elio Rusch que esteve presente, meu Presidente na Comissão de Finanças, tem atuado de forma firme e eu infelizmente não pude pegar o início da sua fala no Pequeno Expediente porque estava na Comissão de Constituição e Justiça, mas mostra aqui que se nós olharmos o histórico e nós não podemos fazer governo sem não olhar o que aconteceu ontem, nós vamos encontrar que no passado as aplicações e os investimentos...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para concluir, Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

...não deu nem para começar. Na área de saúde era investimento em torno de 3, 5,5% - hoje nós já estamos atingindo 9,07 e o corpo de governo afirma que na explicação que se dará ao Tribunal de Contas, buscará nas outras funções que são dedicadas à saúde, o que complementa esses valores. Isto quer na questão da explicação dada nos hospitais universitários e nos investimentos feitos nesta área. Vou procurar ser mais rápido, Sr. Presidente, pediria um pouco de tolerância de V. Exa.

Mas o que observamos, eu vou ter que enxugar algumas questões, é que o governo vem atuando quase que no limite da prudência, dispensou com pessoal 4 bilhões 530, representando 49%, isto o Poder Executivo, isso o limite legal, quanto foi gasto foi 4 bilhões 321, representando 46,74%. Mostra também que o governo está no limite prudencial, que o limite legal, prudencial é de 46,55 e o governo já está em 46,74.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Seu tempo já se esgotou, Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Só para duas informações. Mostra também, Sr. Presidente, mas nós temos aqui um valor que é extremamente importante para fazer a informação - não houve assunção de nenhum centavo de dívida neste governo e a dívida hoje está em 14 bilhões de reais e 7 bilhões desses 14 bilhões de reais representa o endividamento do Banestado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra, no Horário da Liderança do Governo, ao Sr. Deputado Ângelo Vanhoni.

Liderança do Governo: Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Há dez dias atrás o Brasil foi sacudido por uma denúncia vinculada à revista Veja. Denúncia essa que

depois foi televisionada para todo o Brasil. Funcionários da empresa de correios numa gravação afirmavam que participavam de um complô de um grupo de pessoas, da diretoria dessa empresa brasileira para fraudar processos licitatórios e conduzir recursos para um Partido Político no nosso país. Citando nomes de pessoas, envolvendo diretores da empresa, envolvendo políticos da Nação que estariam de alguma forma ligados a este, infelizmente, procedimento que estavam acontecendo nos correios, nessa empresa de todo o Brasil.

O governo brasileiro, o Presidente Lula e os líderes do PT e outros Partidos, foram rápidos. Fizeram, do ponto de vista do Poder Executivo, o que teria que ser feito. O Ministro da Justiça encaminhou à Polícia Federal, abriu o inquérito e o Poder Executivo afastou no dia seguinte todos os diretores envolvidos nessa denúncia na empresa de correios e telégrafos.

A Oposição, com muita clareza e com muita convicção, corretamente levou para o Congresso Nacional o debate a respeito da instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as denúncias proferidas por aquele funcionário, o Marinho funcionário do correio.

Hoje, confesso que quando li a “Folha de São Paulo”, ontem a Assembléia Legislativa debateu, o Líder do PSDB, o Líder do PFL, o Líder do meu Partido o PT e outros Deputados subiram à tribuna. Confesso que ontem não me senti capaz de falar, usar esta tribuna para entender e refletir sobre o momento em que estamos vivendo. Sem sombra de dúvida é uma crise no nosso País. É uma crise na gestão do nosso governo. Não é possível esconder. A crise é clara, é evidente para todo o povo brasileiro. Eu pessoalmente, não acredito em nenhuma das denúncias proferidas pelo Presidente do PTB, que na “Folha de São Paulo” atribuiu a Deputados de dois partidos o recebimento de uma mesada para votarem, a favor das propostas do Governo no Congresso Nacional. Mesada paga por um dirigente do PT. Recuso-me a acreditar na veracidade desta informação.

No entanto, sou como milhares de brasileiros e comungo, junto com outros Deputados, de que se faz necessário uma ampla investigação. E a corregedoria da Câmara dos Deputados não é suficiente ao povo brasileiro diante da gravidade das denúncias trazidas a público pela “Folha de São Paulo”. Nem a corregedoria, nem a Polícia Federal e nem o Ministério Público, que são instituições da Nação que devem conduzir de forma institucional essa investigação, até as últimas consequências.

Há uma luta em relação ao encaminhamento dos Partidos no Congresso Nacional, mas que deve haver uma Comissão Parlamentar para investigar essas denúncias trazidas à luz, tanto no que diz respeito aos correios, quanto ao que diz respeito à denúncia trazida pelo Roberto Jefferson. Quero dizer que não concordo com alguma linha de argumentação, que na defesa do Governo a gente...sou membro do PT, sou fundador deste Partido. Orgulho-me de ser do PT, meu Partido está

envolvido às lutas de transformação da democracia neste País, em todo o território nacional. São trinta anos de luta da Esquerda construindo um projeto novo para o Brasil, projeto esse no qual queremos mudar a cultura da política no País, porque o que existe na prática, nós sabemos - existem aqueles Deputados, aquela classe política que assume um discurso para a população mas age de forma sorrateira no interesse apenas de grupos, quando não é de interesse. O PT e a Esquerda têm uma tarefa não só no Brasil mas em todos os países do mundo, de fazer com que a política seja transparente que a verdade possa ser a condução da nossa vida cotidiana e muito mais da nossa vida pública.

Então, o público tem que ter prioridade sobre o privado e o que nós estamos assistindo é denúncia em função do que acontece na administração do nosso País, de apropriação privada, talvez de apropriação privada de recursos públicos no nosso País. Os líderes da Oposição, do PSDB, do PFL podem ter certeza: O Presidente Lula tem uma história junto à consciência democrática e a consciência ética do povo brasileiro. Não vai fraudar as expectativas do povo brasileiro. Se o nosso Partido, no decorrer dessas investigações ou qualquer membro do governo possa ser incriminado, responsabilizado por qualquer ato lesivo à Pátria, não tenham dúvidas, o Presidente Lula não será transigente com a corrupção no nosso País. Está de parabéns a Bancada quando se reúne hoje, um dia após a publicação das graves denúncias e endossa, apóia, assina uma Comissão Parlamentar de Inquérito e mostra para o Brasil que o PT, diferente de outras atitudes de outros Partidos, não tem medo, não tem receio, mesmo que tenha possibilidade de que algum membro do PT seja dirigente, seja Ministro, seja Diretor de uma estatal qualquer, tenha alguma responsabilidade na malversação do dinheiro público.

Esta decisão de hoje da Bancada do PT e da posição do Presidente da República nos deixa, de certa maneira, conformados porque nos unimos àquilo que o povo brasileiro deseja, que essas acusações sejam apuradas até as últimas consequências, doa a quem doer.

Quero dizer ao Deputado Traiano que não é verdade e eu não aceito que os membros que governam o nosso País foram, com “sede ao pote”. E o Deputado Traiano profere essa frase como se nós tivéssemos que ter ido com certa vagareza ao “pote” e aí, as coisas estariam bem. Quero dizer que não concordo com quem quer que seja, seja rápido ou seja com vagareza de “ir ao pote”. Não é admissível. O PT e os Partidos Progressistas da sociedade brasileira têm que fazer um pacto, não para esconder qualquer corrupção neste País, mas para fazer com que as questões que estejam colocadas, no que diz respeito a desvios éticos na República, sejam de alguma forma apurados e dado satisfação ao povo brasileiro.

São trinta anos de luta para construir e para fazer com que a ética tenha lugar na polícia do nosso País.

Eu sei que quando o Lula ganhou a eleição, o povo brasileiro depositou essa esperança enorme na eleição de um metalúrgico, de um homem que veio do Nordeste, de um homem que ajudou a organizar o povo brasileiro, de Norte a Sul deste País para fazer com que a política seja um valor sagrado na nossa sociedade.

Sabia eu, pela experiência de vida, como muitos de vocês, de que a administração do nosso país não seria fácil, que seria uma administração com muita dificuldade e que a administração do PT iria com certeza, passar por momentos difíceis.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço para V. Exa. concluir.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Vou concluir, Sr. Presidente.

Passar por momentos difíceis.

Este é um momento grave, pelo qual o meu Partido está passando. Não adianta eu falar com o povo brasileiro e dizer que a Polícia Federal está de alguma forma elucidando uma porção de casos na administração pública do nosso País. O povo brasileiro, quando elegeu o Lula e quando elegeu o PT para administrar o Estado brasileiro, deu ao nosso Partido a chancela para que o PT e o Lula sejam também, além das questões políticas, sociais e econômicas, seja o condutor moral e ético da Nação. Tenho certeza que com o decorrer dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que se abre a partir dessa semana e na semana que vem no Congresso Nacional, nós poderemos esclarecer quem é que recebia dinheiro, quem não recebia dinheiro, de onde vinha, se é que vinha algum dinheiro para algum Deputado lá no Congresso Nacional.

Quero agradecer a benevolência do Presidente em exercício na condução dos trabalhos. Esse tema é um tema importante para a Assembléia Legislativa, não do Paraná, mas para todas as Assembléias Legislativas do Brasil para as Câmaras de Vereadores.

Quero fazer uma solicitação a V. Exa. que leve ao Deputado Hermas Brandão que preside esta Casa. Não vamos fazer a rigidez do Regimento, concordo com o Deputado Valdir Rossoni, não faremos a rigidez do Regimento um obstáculo para que o debate político aconteça, raramente os Deputados ficam até às sete, oito horas da noite discutindo e debatendo as questões do nosso País.

Pois bem, se é um desejo da Assembléia que tenhamos aquela tranquilidade de ser benevolente para que cada Partido, cada Parlamentar possa se expressar, debater as questões do nosso País aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública o Centro de Transformação Social Vida Nova, com sede e foro no Município de Curitiba/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a ADEFISTI - Associação dos Deficientes Físicos de Santa Terezinha de Itaipu, com sede em Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2005, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que autoriza o Poder Executivo a receber através de doação do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária - INCRA, o imóvel que especifica, localizado no Município de Cantagalo/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da CCJ - **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre o documento de identificação da pessoa portadora de deficiência e doença crônica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria de vários Srs. Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 227/2005

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 227/2005, de autoria do ilustre Deputado Delegado Bradock, altera a redação do seu artigo 2º, conforme segue:

“Art. 2º O documento que trata o artigo anterior será expedido por órgão competente, com base nos cadastros existentes do Registro Geral Civil a título de comprovação de cada deficiência ou doenças para usufruir dos benefícios decorrentes das leis, atuais e vindouras, no âmbito do Estado do Paraná.”

Sala das Sessões, em 07.06.2005.

(aa) BARBOSA NETO, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, ELZA COREIA e NEIVO BERARDIN.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/2005, que autoriza o Poder Executivo a proceder à permuta de parte ideal do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNCEPAR, por parte ideal do imóvel pertencente à empresa HAFIL - Empreendimentos Ltda., com sede nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1705, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1704, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (**Pela Ordem**)

Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1700, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1699, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1698, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1696 e 1697, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1695, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1721, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1636, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1710 e 1711, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1716, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimento nº 1690, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente de Sessão anterior. **Em Discussão.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Verificação de Votação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para encaminhar a votação Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a verificação de votação. Solicito aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Eu solicitei para encaminhar a votação, Sr. Presidente. Ao mesmo tempo que o Deputado Bradock falava eu solicitei para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. poderá encaminhar a votação.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Na parte da votação não cabe mais encaminhamento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Desculpe Sr. Presidente, mas enquanto o Deputado Bradock colocava pedido para verificação de votação, ao mesmo tempo eu coloquei que gostaria de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O Deputado Tadeu Veneri havia solicitado, e esta Presidência não foi orientada pela assessoria em que havia feito a solicitação.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu acho que não cabe. Nós queremos saber agora a verificação, não tem mais encaminhamento Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Ontem foi encerrada a discussão, é possível o encaminhamento da votação.

Nós estamos no processo de votação.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Já estava na fase de verificação de votação, não cabe mais encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O Deputado Tadeu Veneri tem a palavra para fazer o encaminhamento.

Cinco minutos.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Se V. Exa. declarou aprovado o Deputado Mário Bradock pediu verificação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Estava em processo de votação.

O Deputado Tadeu Veneri tem cinco minutos para o encaminhamento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Nem vou usar o período todo que tenho de direito, porque parece desnecessário.

Havia solicitado no dia de ontem que não houvessem problemas para o pedido de informações, afinal é uma prerrogativa que têm os Deputados desta Casa.

O pedido de informações que estou fazendo diz respeito ao mesmo debate que já trouxemos nesta Casa esta semana. Se uma forma extremamente respeitosa e transparente, queremos saber que na vacância do processo legal que no entendimento desta Casa e do Ministério Público, através da Lei nº 14234, determinou que fosse criado o Fundo da Procuradoria Geral do Estado. Porque a lei no seu artigo 2º, parágrafo 3º, diz: “*aprimoramento de centro de estudos até o limite de 2%; fomentos na dívida ativa até o limite de 5%; aquisição de equipamentos e material permanente até o limite de 3%; prêmio de produtividade aos Procuradores do Estado em exercício até o limite de 90%.*”

Diz também no seu artigo 4º:

“*O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado será administrado por um conselho diretor, composto pelo Procurador Geral do Estado que o presidirá, pelos membros do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, um tesoureiro eleito por estes, dentre os Procuradores de carreira.*”

Por uma questão de justiça se faz óbvio que tenhamos que requerer à Procuradoria Geral do Estado, se foram recebidos os valores referentes a honorários de sucumbência, de que forma foram recebidos antes dessa lei, quem os recebeu e quantos receberam. Parece-me que é uma obrigação do Parlamento fazer a fiscalização, com início, meio e fim.

Não pode esta Casa, de forma nenhuma, obstar que tenhamos essas informações, até porque alguns Deputados reclamaram, e com razão, que no Governo anterior nenhum pedido de informações passava aqui, e quando passava não vinham as respostas. Diferentemente deste, porque temos recebido respostas, mas para isso é preciso que os pedidos de informações passem!

Agora, se tivermos por prática não passar aquilo que, por alguma razão e não sei qual é, não queríamos, ou parte desta Casa não queira que chegue a público, aí é um problema a ser debatido, mas não posso, no exercício do meu mandato, ver obstruído o direito de Parlamentar de buscar aquilo que é o meu papel constitucional e para o qual recebo desta Casa, que é fazer a fiscalização.

Não vai aqui de minha parte nenhum juízo de valor, nenhum juízo de mérito, nem da Procuradoria Geral do Estado, nem tampouco do Ministério Público, ambas entidades e instituições que respeitamos. Agora, respeitamos as instituições sem, no entanto, entender que essas instituições são compostas por “anjos”; elas são compostas por seres humanos que têm o seu juízo, tanto isso é verdade que há contestação, Sr. Presidente.

A contestação feita pela Associação Paranaense do Ministério Público está aqui em minhas mãos e a seu tempo será julgada pelo Tribunal de Justiça do Paraná que irá dirimir todas as nossas dúvidas. Até lá tenho certeza absoluta que, no exercício do meu mandato, do meu direito enquanto Deputado Estadual e enquanto cidadão, eu não posso me calar achando que o que aconteceu de

88 ou de 94 até 2004, simplesmente ficou no passado e deva ser esquecido.

Por isso, peço que aprovemos o pedido de informações, como já aprovamos centenas de outros.

Só para lembrar, Sr. Presidente, se esse pedido não for aprovado será a primeira vez, em dois anos e meio, que não aprovaremos um pedido de informações, nesta Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu não vou entrar no mérito das argumentações do nobre Deputado Tadeu Veneri. Ele tem as suas motivações, as suas convicções para formatar um pedido de informações dessa natureza no Plenário desta Casa. No entanto, sobre esse tema eu já me posicionei, brevemente, na semana que passou, mas gostaria de reafirmar.

A Procuradoria Geral do Estado, na condução do Dr. Sérgio Botto de Lacerda, ao longo desses dois anos e meio, quase três anos de mandato, tem se pautado pela lisura, pela condução ética e pela defesa do patrimônio público do Estado do Paraná. As conquistas que este Governo fez, ao longo desses últimos três anos, para restabelecer o papel do Estado, para restabelecer o papel do público sobre os interesses privados que permeavam a administração pública, ao longo desses anos todos, se devem à condução da Procuradoria Geral do Estado do Paraná na pessoa do Sérgio Botto de Lacerda.

Eu conheço o Dr. Sérgio Botto de Lacerda muito bem, fui líder do Governo, convivi diariamente tanto com ele quanto com o Governador Roberto Requião, e sei do empenho, da competência e dos princípios que norteiam a Procuradoria, das suas ações em relação à SANEPAR, em relação à COPEL, em relação à luta para que o pedágio nas estradas do Estado do Paraná tenha a redução que o povo do Paraná deseja, que sejam claros e honestos nas suas planilhas.

Então, eu sei da condução da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e me orgulho disso enquanto paranaense. Orgulho-me de ter feito parte integrante deste Governo, como Líder e, hoje, como Deputado que apóia as ações do Governo no que diz respeito, fundamentalmente, no papel do Estado perante a sociedade paranaense. Quero dizer, ainda, que tenho o maior respeito e profundo apreço pelo Ministério Público do Estado do Paraná.

Desde a Constituição de 88, o Ministério Público, em todo o Brasil, vem se renovando. Aqui, no Paraná não é diferente o seu papel quanto a outros Estados, onde o Ministério Público tem assumido um papel de destaque, seja na fiscalização da lei de Responsabilidade Fiscal e Social, seja na apuração de crimes de patrimônio público em todas as Prefeituras e Estados no território nacional, seja no combate ao crime organizado, onde o Paraná se destacou com a condução, por parte da Promotoria de Investigações Criminais, desmascarando, desbaratando

uma quadrilha que perpetrava o Estado através de policiais e através de agentes públicos no Estado do Paraná.

Eu tenho orgulho da condução do Ministério Público pelos Procuradores. Então, quero dizer, reforçar e reafirmar a minha convicção de que o Ministério Público do Estado do Paraná agiu de forma correta em relação ao pleito dos advogados e Procuradores, que na sua advocacia em relação ao seu estatuto já pleiteavam que a Assembléia Legislativa regulamentasse de forma clara, inequívoca, através de projeto de lei a questão da sucumbência, a questão dos honorários advocatícios que precisavam de uma regulamentação para que eles tivessem a forma legal, cabal. Feito isso, em 2004, acho que esse problema jurídico está sanado.

Então, quero deixar clara a minha posição de orgulho e a minha posição de reconhecimento do papel que o Ministério Público teve para dirimir os problemas legais junto com a Procuradoria Geral do Estado e junto com o Poder Legislativo que sancionou, que aprovou o projeto de lei enviado pelo Poder Executivo que regulamentou de forma definitiva essa questão da sucumbência.

Era esse, Sr. Presidente, o encaminhamento da votação que tenho a fazer.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Apenas para colocar novamente os eixos que parece-me que o Deputado Vanhoni fez uma brilhante defesa do Procurador e do Dr. Milton Riquelme, mas absolutamente ao que está se colocando a questão do Sr. Milton Riquelme...

(Interrompido)

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, V. Exa. anunciou. Eu não estou encaminhando, estou contestando V. Exa. quando anunciou a esta Casa e as notas taquigráficas e a televisão mostrou que V. Exa. pediu aos Deputados que voltassem aos seus assentos para verificação de votação. Palavras suas. E V. Exa. deixa encaminhar. Agora o Deputado Tadeu pede a palavra e V. Exa. deixa!

Estamos tendo dois pesos e duas medidas quando já deveria estar votado.

V. Exa. me desculpe, mas não está sendo correto da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Anibelli, gostaria de esclarecer-lhe o que ocorreu.

Esta Presidência tem conduzido de forma imparcial. Havia um pedido do Deputado Tadeu antes do encaminhamento. Houve uma falha do assessoramento da Mesa. Eu estava lendo os requerimentos, por isso foi permitido o encaminhamento.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Então, V. Exa. reconhece que houve uma falha. Mas, a Presidência responde, não é o assessor que rege a Presidência.

O SR. TADEU VENERI (PT)
Nem os Deputados do Plenário.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PSB)
V. Exa., com a experiência que tem, tem que ser o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Para encaminhar, Deputado Bradock.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)
Sr. Presidente, embora não seja regimental o encaminhamento, porque já havia sido dado a votação, eu queria fazer minhas as palavras do Deputado Ângelo Vanhoni, no que diz respeito ao Ministério Público e à Procuradoria Geral do Estado. São duas instituições de ilibada conduta, com a certeza que sempre fizeram bem para o Estado do Paraná.

Portanto, peço aos Deputados da base aliada, encaminhamento para votarem contrário a esse requerimento, porque no meu modo de ver é um desrespeito a essas duas instituições.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Será feita a verificação de votação.
Peço aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares.

Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Quem rejeita, queira levantar-se.

Vinte e três Deputados.

Não há quórum para o prosseguimento da Sessão.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)
Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT)
Se não tem quórum, como vai fazer a chamada nominal, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Já foi feita a verificação de votação.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)
Claro que pode, vamos à chamada nominal.
Aqui tudo é fora do Regimento mesmo!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)
Já foi feita a verificação de votação e não há quórum.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)
Tem quórum, sim, Sr. Presidente.

Chamada nominal.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 239/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 219/2004, 048, 176, 279 e 294/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 023/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Presidência

Audiência Pública

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos sete dias do mês de junho de dois mil e cinco, no Plenário Luiz Gabriel Guimarães Sampaio deste Poder Legislativo, foi realizada Audiência Pública de prestação de contas do 3º Quadrimestre de 2004 e 1º Quadrimestre de 2005, apresentado pela Coordenação da Administração Financeira do Estado, da Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/2002 - Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a presidência do Deputado Hermas Brandão e contando com as presenças dos Deputados Dobrandino da Silva, Líder do Governo; Deputado Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil; Doutor Reinhold Stephanes, Secretário de Estado do Planejamento, e os Deputados Marcos Isfer, Reni Pereira, Elza Correia, Elio Rusch, José Maria Ferreira, Cida Borghetti, Durval Amaral e Duílio Genari. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente passou a palavra ao Dr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, que apresentou relatórios dos quadrimestres. Após a explanação do Sr. Secretário Heron Arzua e do Dr. Nestor Bueno, Diretor da Secretaria, o Deputado Hermas Brandão abriu a palavra para que os Srs. Deputados formulassem perguntas sobre o relatório apresentado. Após o questionamento, encerrando o trabalho, o Sr. Presidente agradeceu a presença das autoridades e de todos os presentes que compareceram na Audiência Pública e fez constar que as bancadas partidárias

rias, com assento na Assembléia Legislativa do Estado, tem pela Secretaria da Fazenda alta consideração pela especial deferência e presteza que são atendidos os requerimentos e questionamentos dos Srs. Deputados e pela eficiência no trato das finanças do Estado.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 52/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4202, datado de 02 de junho de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, WILMA ALVES GOUVEIA, matrícula nº 40588, de noventa (90) dias, a partir de 29 de maio de 2005, término em 27 de setembro de 2005. CID 10.I.120 e E11.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07.06.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Atas de Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
03ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ailton Araújo, Duílio Genari, Elton Welter, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Ratinho Júnior. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 118/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Ailton Araújo pela conversão da matéria em diligência junto ao Governo do Estado - DEFERIDA pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 136/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 184/2005, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda

anexa. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 194/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 203/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 220/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio. O Deputado Ratinho Júnior SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 223/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO, com abstenção de voto do Deputado Elton Carlos Welter; 08) Projeto de Lei nº 227/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ailton Araújo - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 237/2005, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. O Deputado Ratinho Júnior SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 262/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Plauto Miró Guimarães e Reni Pereira; 11) Projeto de Lei nº 264/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus, lido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 284/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 268/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda do Deputado Elton Carlos Welter, acolhida pelo Relator - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 89/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 131/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus relatou o seguinte Projeto

de Lei nº 239/2004, o qual foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a

presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior